

Reflexões sobre a origem e o desenvolvimento do urbanismo e do modelo de vida urbana¹ (os modelos da América do Sul)²

*Jorge Juan Eiroa García*³

RESUMEN

En este trabajo se hace una valoración del proceso de urbanización de la sociedad en Suramérica, centrándose especialmente en el área andina, donde se destacan aquellas novedades recientemente recuperadas por los trabajos arqueológicos en Perú, Ecuador y Bolivia, así como en los territorios del sur de Argentina, Uruguay y sur de Brasil, donde también la arqueología ha recuperado notables evidencias.

Palabras clave: Urbanismo, Arqueología, vida urbana, Estado.

Quando publiquei meu livro "Urbanismo protohistórico de Murcia y el Sureste" (EIROA, 1989), primeiro volume da série "Urbanismo histórico del Sureste español", promovido pelo Grupo de Investigación "Historia e Geografía do Urbanismo" da Universidade de Murcia, trabalhei no capítulo introdutório "Urbanismo y vida urbana", alguns conceitos que com o tempo foram consolidando-se. Mantenho a maior parte das declarações feitas, uma vez que eram o resultado de reflexões com base em dados verificados que sofreram poucas alterações, outros, no entanto, especialmente os relativos à origem e ao desenvolvimento do urbanismo americano, devem ser corrigidos ou diferenciados, de acordo com a experiência adquirida nestes últimos anos, durante os últimos trabalhos de campo e viagens de estudo realizados em vários países da América Hispânica.

O trabalho realizado no Peru e na Argentina, em particular, colocaram-me diante de muitas provas da existência de evidências de um urbanismo pré-hispânico que fizeram-nos mudar drasticamente de opinião sobre o desenvolvimento do urbanismo em sociedades americanas proto-históricas, imersos desde finais da Fase Formativa em um processo dinâmico de urbanização da sociedade que iria atingir a maturidade, no período de desenvolvimento regional tendo seu apogeu na fase de desenvolvimento dos Estados pré-hispanicos, com a proliferação de verdadeiras cidades na plenitude do modelo urbano na fase imediatamente anterior à conquista espanhola, tanto no âmbito maia e asteca de México, Belize, Guatemala e Honduras,

¹ Jorge Juan Eiroa García. "Grupo de Investigación "Historia e Geografía Urbana". Catedrático de Prehistoria. Facultad de Letras. Universidad de Murcia. c/ Santo Cristo, 1, 30001, Murcia (España). E-mail: eiroa@um.es

² Traducción y versión en Portugués: Wanderléia Elizabeth Brinckmann. E-mail: wandi@um.es o webrin2001@yahoo.com.br.

³ Grupo de Investigación "Historia e Geografía Urbana" Universidad de Murcia

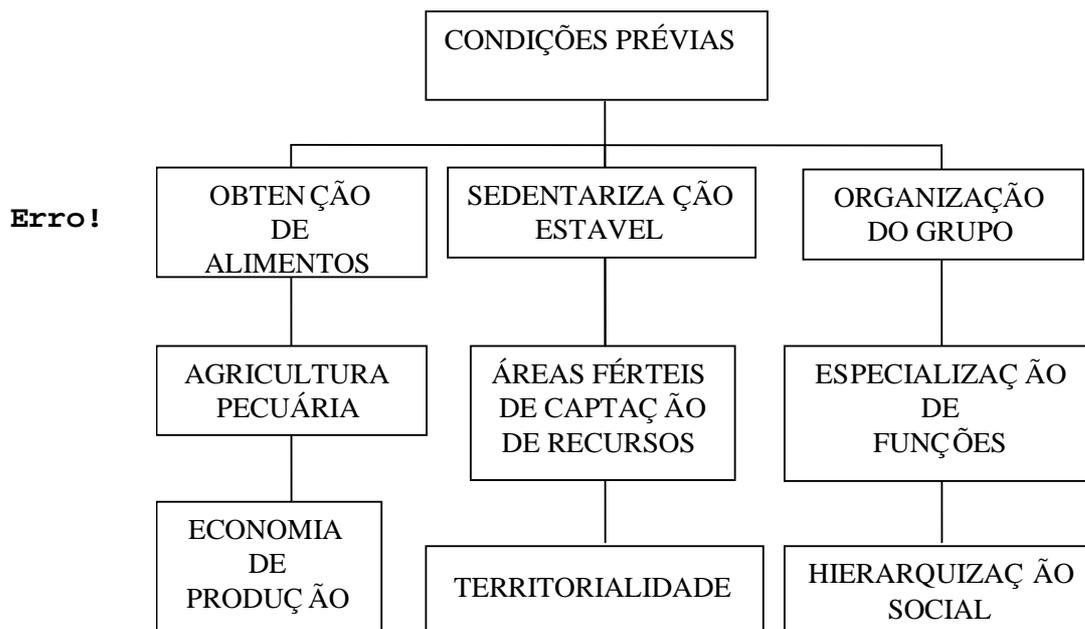
como nas regiões ocupadas pelos moches, chinchas e chimúes, no Peru, tiahuanacos, na Bolívia e finalmente, incas no Peru, norte do Chile, Bolívia e norte da Argentina (EIROA, 1991, 1992 y 2002).

Devo acrescentar a isso o fato de que nas duas últimas décadas, as descobertas de novos sítios de todas as fases da proto-história do Sudeste espanhol então analisadas, tem se multiplicado de tal forma que hoje, seria necessário elaborar uma nova visão do livro em seu conjunto, matizando aspectos que afetam toda a compreensão do urbanismo do Calcolítico, Época Argárica e, especialmente, do Bronze Final, onde os achados e resultados foram muito importantes, com novos e impressionantes sítios indígenas, como a grande aldeia de Murviedro (Lorca) ou o impressionante recinto Semita amuralhado de La Fonteta (Guardamar de Segura), que mostram um povoado, indígena e colonial, muito mais importante do que em seu momento fomos capazes de imaginar.

No entanto, o surgimento e o desenvolvimento da vida urbana, como resultado de um brilhante processo de evolução social que quase imediatamente teve enormes consequências, continua a apresentar-se perante todos como um dos grandes momentos da história da humanidade, uma vez que trouxe a configuração e a conseqüente consolidação de um modelo de sociedade capaz de projetar suas relações internas, e ainda suas relações com o meio ambiente de uma forma mais racional e frutífera que supôs a ascensão e o desenvolvimento da cultura.

Os antecedentes deste processo, como uma etapa preliminar ao urbano e à vida urbana, residem nos momentos e nos lugares onde os homens, sob o estímulo das suas necessidades e do meio, tomaram conhecimento das vantagens que teriam com a vida em comunidade, uma vez resolvido o problema de subsistência com a aquisição dos alimentos básicos.

Esta parece ser, segundo a maioria dos estudiosos deste tema, a condição prévia para qualquer processo de sedentarização duradoura sobre o terreno, fato que não implica necessariamente no desenvolvimento da agricultura e da pecuária, senão um meio estável e seguro para a obtenção de alimentos que poderia estar baseado na retirada dos recursos oferecidos naturalmente pelo meio. Na verdade, em algumas das primeiras aldeias, a partir do Natufiense Palestino, não há provas da existência de uma economia de produção agropecuária até uma fase bem avançada.



A sedentarização em um local bem escolhido, onde o grupo poderia construir suas cabanas, por vezes, defendidas com obras complementares perto de terrenos agrícolas e para a caça, pesca e coleta, foi um avanço definitivo e indispensável para o posterior desenvolvimento da comunidade. Esse fenômeno ocorreu em várias partes do mundo, com as diferenças impostas pelas condições geográficas, climáticas e culturais, mas, em última instância, com um resultado que guarda muitas semelhanças. O fato de que este desenvolvimento plural fosse diacrônico, não altera a conclusão final, uma vez que o resultado final guarda surpreendente paralelismos em diferentes partes do mundo.

O crescimento destas primeiras vilas difundia o intercâmbio cultural dos estímulos e das respostas entre os meios e os grupos humanos, em um processo completamente complexo em que havia estágios realmente críticos, mas poucos movimentos inversos, porque uma vez iniciado, regredir possivelmente significaria, o desaparecimento do grupo humano que a sofreu.

A vida na comunidade respondeu a uma necessidade humana e nela havia muito mais vantagens do que inconvenientes: a segurança pessoal, o desenvolvimento gradual das funções especializadas que cobriram necessidades diversas, a garantia da defesa, a diversidade da vida na terra comum, o reconhecimento de uma autoridade, a submissão às normas estáveis de convivência, o controle de um território... etc. Embora ao lado deste também existissem alguns inconvenientes como: o aumento da população e em consequência a necessidade de maior produção de alimentos, o belicismo, a obrigatoriedade de prestar determinados serviços públicos... etc. Os problemas gerados pelo aumento da população puseram de manifesto muitas dificuldades subseqüentes: alimentos em maior quantidade, problemas sanitários e de segurança... etc. Que com o tempo e a experiência deveriam ser superados.

Estes primeiros núcleos de população apareceram durante todo o Neolítico na Ásia Ocidental, especialmente no Crescente Fértil (mas também na Índia e no Paquistão, no Sudeste Asiático e no Extremo Oriente), e foram propagando-se, por

meio de complexos processos de difusão, para outras zonas do Velho Mundo, incluindo Europa, adaptando-se às condições ambientais de cada área e às necessidades específicas de cada comunidade. Algo similar, embora com notáveis diferenças ocorria no Novo Mundo.

Da aldeia neolítica de caráter essencialmente agropecuário, na qual é praticamente impossível apreciar as premissas fundamentais para a existência de uma vida urbana verdadeira, às primeiras cidades nas quais se centralizavam atividades de diversas naturezas e nas quais era possível notar um modelo de vida urbana desenvolvido, há somente uma etapa muito difícil de definir e é precisamente aqui onde se centra o estudo do processo. Para chegar a dizer quais eram as razões que provocaram mudanças tão rápidas, as circunstâncias prévias, os mecanismos que promoveram as transformações administrativas, como e de que modo apareceu o Estado e sua complicada maquinaria de controle, quando surgiram as categorias sociais... enfim, quando a cidade deixa atrás a aldeia Neolítica e se transforma em "centro urbano", é o objetivo da atenção de numerosos estudiosos do assunto.

Às vezes é difícil saber que seqüências tiveram os eventos: o que veio antes, a escrita ou a burocracia, ou se a escrita originou a burocracia, ou a burocracia como elemento de controle, inventou a escrita. Muitas perguntas como estas permanecem ainda sem respostas definitivas (e talvez nunca as obtenham), já que à dificuldade para sua análise, se deveria adicionar a de que o processo não era igual em toda parte e sequer ocorria em um mesmo momento, e ao ser um fato plural e diacrônico, os problemas adquirem, às vezes, uma complexidade particular que muito tem a ver com as áreas geográficas, a situação dos núcleos difusores e de recepção e com fatores determinantes de todo o tipo.

Embora o conhecimento deste processo esteja provocando o interesse dos investigadores há muitos anos, ansiosos por conhecer este espetacular fenômeno histórico, a investigação multiplicou-se na década dos setenta, centrando-se principalmente em aspectos parciais como a demografia, meios e formas de produção, o desenvolvimento do comércio, a expansão dos centros de população e do urbanismo físico... etc., com a finalidade de melhor compreender os detalhes que poderiam conduzir a uma visão de conjunto mais ampla, detalhada e esclarecedora.

Não obstante, ainda não foi concluído o debate sobre o conceito de vida urbana e de urbanismo, no qual estão implicadas a maioria daqueles que hoje estudam o processo de urbanização da sociedade. A polêmica alcança um elevado grau de interesse porque está centrada no momento histórico no qual aparecem suas primeiras manifestações, precisamente nesse período crítico em que os grupos sociais estão a ponto de cruzar o limite, às vezes muito sutil, entre a vida pré-urbana e o urbanismo claramente perceptível, quase sempre na linha divisória entre a teoria de Pré-história e a Proto-história.

Na Europa e desde os estudos de V.Gordon Childe, se foi acentuando o interesse pelo surgimento do urbanismo na plenitude dos tempos pré-históricos, a ponto de causar, nos últimos anos não somente um aumento considerável de especialistas no assunto, mas também uma preocupação que afetou inclusive o planejamento e a orientação dos trabalhos arqueológicos de campo, nos quais é freqüente encontrar o estudo urbanístico como um dos objetivos programados, devido a sua importância para

explicar não poucos aspectos das sociedades objeto de estudo.

Em Espanha, o interesse pelo fenômeno urbano histórico foi similar e, depois de uma primeira etapa de estudos analíticos dos aspectos físicos do urbanismo, recentemente incorporou uma fase em que os investigadores tentam penetrar no conhecimento mais detalhado e profundo, dos aspectos conceituais que, do ponto de vista da análise da cultura, podem explicar-nos o desenvolvimento de um processo certamente espectacular, não isento de determinadas dificuldades da interpretação.

Quase todos estes estudos abordaram a questão do urbanismo partindo de diferentes posições conceituais, uma vez que este pode ser analisado desde o ponto de vista da história, da política, da geografia, da economia... etc., dado que a sociedade urbana é, essencialmente, plural e oferece tantas facetas como aquelas que possui a vida dos seres humanos que a configuram. Chueca Goitia disse que "todo aquilo que afeta ao homem, afeta a cidade" (CHUECA, 1974, p.8). Segundo diz este autor, esta afirmação encerra uma verdade axiomática.

Em nosso caso acreditamos necessário enfrentar-nos ao primeiro urbanismo de nossa história a partir de dois pontos de vista que, embora metodologicamente possam parecer muito diferenciados, são complementares na outra extremidade: em primeiro lugar, do ponto de vista conceitual, que requer uma análise histórica das circunstâncias que favoreceram a implantação da vida urbana no espaço peninsular; mais tarde, na análise do urbanismo físico, que define o espaço habitado pelas sociedades e indica seu ajuste a determinada forma de vida. Em ambos casos "a coisa urbana" aparece como um fenômeno histórico que nos indica uma certa forma de aceitação de determinados modelos vitais e, que em última instância, revelarão como os grupos humanos têm consolidado um caminho rumo ao aperfeiçoamento de suas relações e de suas formas de integração ao meio, usando os recursos em benefício próprio.

Desta forma, devemos diferenciar com clareza, por um lado, o que é urbanismo como forma de vida, ao qual se chega desde fases prévias definidas culturalmente e uma vez alcançado certo nível de desenvolvimento se poderá apreciar os aspectos como a especialização das funções, divisão do trabalho, hierarquização social, existência de excedentes da produção, obras corporativas... etc.; e por outro, o urbanismo físico, ou seja, a estrutura da cidade como expressão material do modelo de vida urbana. Ambos os aspectos estão estreitamente relacionados, já que o urbanismo material não pode existir sem aceder ao adequado nível cultural. E, finalmente, existe uma outra questão por esclarecer: também denominamos "urbanismo" a uma disciplina científica independente que surge como fruto de um debate crítico à construção da cidade contemporânea desde finais do século XIX. O termo usá-lo-emos aqui, normalmente, em suas duas primeiras acepções.

A partir dos estudos de Childe, foram propostos diferentes modelos que tentam explicar o nascimento da vida urbana e, em consequência desta, a origem do estado. Entre os modelos mais destacados, dos muitos que foram propostos, nos centraremos nos seguintes:

1. O modelo de V.G. Childe

A produção intensiva de alimentos e a existência de excedentes de produção geram uma classe dominante e um estado repressivo.

2. O modelo hidráulico

K.Wittfogel: O urbanismo e o estado aparecem em consequência da organização da irrigação em grande escala, sob o controle de uma classe dominante.

3. Os modelos demográfico e bélico (ou de conflito)

Robert Carneiro: O aumento progressivo da população causou conflitos constantes. A luta e a conquista bélica estabeleceram relações de súditos e vassallos (de dominadores e dominados) e aumentaram o grau de complexidade social, causando a centralização do poder.

4. O modelo da hierarquização administrativa

Wright y Johnson: O modelo urbano estatal nasce do aparecimento de instituições governamentais centralizadas, com funções administrativas especializadas, divididas em diversos níveis hierárquicos.

5. O modelo multivariante

Robert M. Adams: O modelo urbano é o resultado de múltiplas variáveis que interagem, em meio de um processo em que o meio (o entorno) joga um papel preponderante.

6. O modelo de Intercâmbio

C. Renfrew: O intercâmbio e a redistribuição de excedentes fazem surgir módulos centrais onde o poder está hierarquizado, apoiando-se nas instituições. Também atua uma retroalimentação entre os módulos centrais e os secundários.

7. O modelo de controle da produção e da redistribuição

F. Hole: Os excedentes da produção e de sua redistribuição fizeram nascer as classes dominantes que controlaram os recursos e o poder. A organização da produção e a redistribuição propiciou o surgimento de um chefe ou de uma instituição para controlar o processo.

8. O modelo (europeu) de comércio

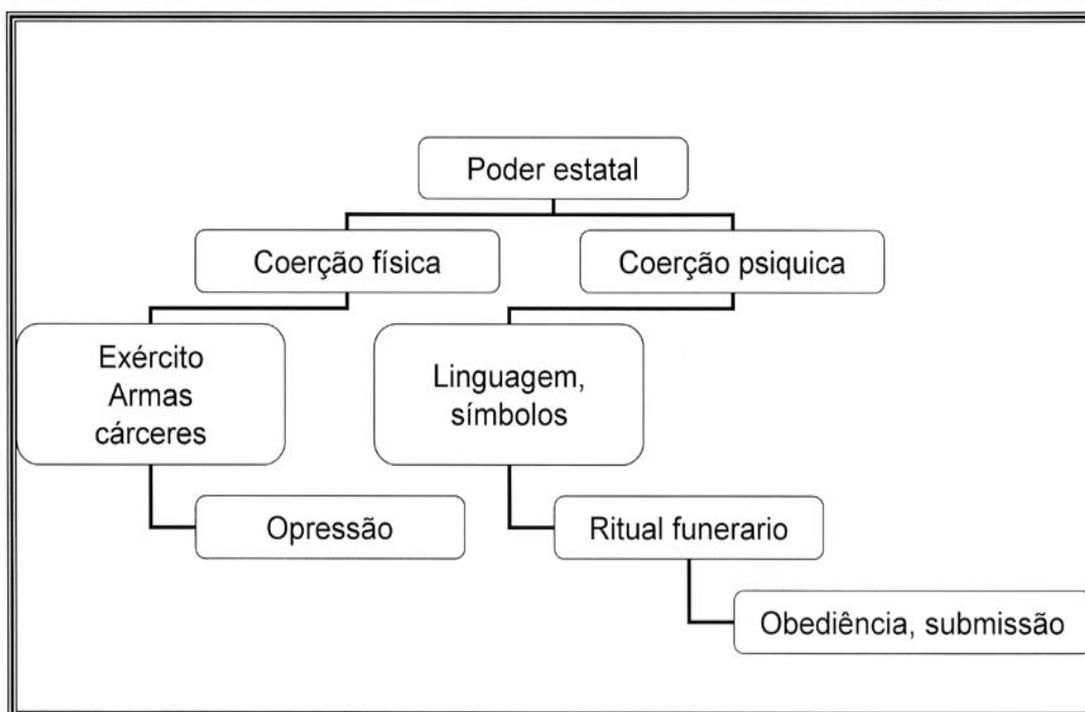
P. Wells: O desenvolvimento do comércio, uma vez superada a economia de subsistência, fez nascer o modelo urbano e o estado na Europa Bárbara.

O modelo de Gordon Childe

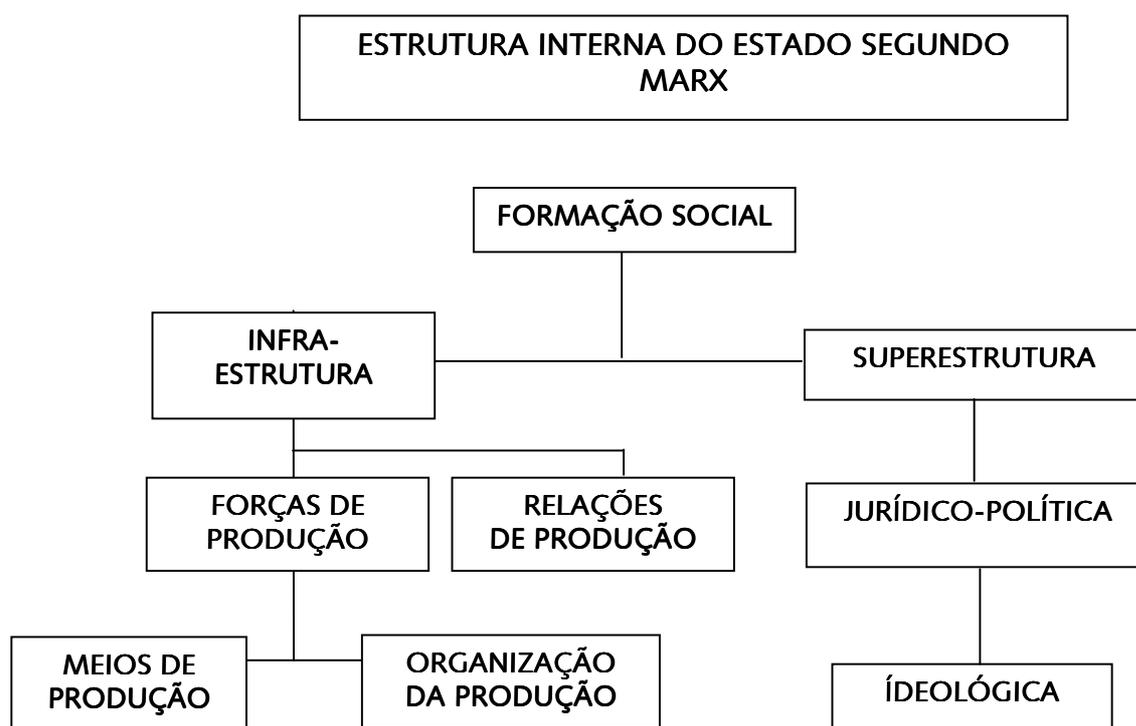
A partir da publicação dos trabalhos de Gordon Childe, principalmente entre 1930 e 1958, os pré-historiadores e arqueólogos inclinaram-se freqüentemente em seus diagnósticos para definir o que era uma cidade na origem da história e assim diferenciá-la claramente de uma vila (aldeia), de um povoado ou de um outro tipo de assentamento (CHILDE, 1950). Para o arqueólogo australiano a "revolução urbana", entendida não tanto como uma transformação rápida e brutal, ao estilo da definição de Crane Brinton em "The Anatomy of Revolution" (BRINTON, 1962) senão como uma "culminação de mudanças progressivas na estrutura econômica e na organização social das comunidades, que produzem ou se vêem acompanhados de significativos incrementos de população" era a entrada à civilização e em sua sombra se configuravam outras importantes características, de modo que daquele processo emanavam avanços

decisivos para a sociedade. Childe compreendeu que a produção intensiva de alimentos para o grupo e a existência concentrada de excedentes de produção geravam uma classe dominante e um estado (que ele compreendeu repressivo, seguindo a teoria Marxista da luta de classes expostas por Morgan, Marx e Engels, embora com modificações importantes) para coordená-lo e para controlá-lo (CHILDE, 1936). Logo, a concentração da população, a existência de artesãos especializados, o regime tributário, os monumentais edifícios públicos, a escrita como o instrumento a serviço da burocracia e o grande comércio, definiram a essência da cidade, paradigma da vida urbana e expoente do novo mundo civilizado. Desta forma ficavam superadas as fases de selvageria do Paleolítico, da barbárie Neolítica e da barbárie superior da Idade do Cobre, e se chegava e acedia à civilização (CHILDE, 1942). Childe enfatiza de forma especial o caráter social, mais do que o tecnológico, da revolução urbana. Às minorias governantes nas primeiras cidades de Mesopotâmia, as considera como promotoras de sistemas massivos de armazenamento em que os excedentes da produção agrícola foram acumulados, assim como responsáveis pela paz interna, minimizadoras da freqüência da guerra externa, propiciadoras da produção e, conseqüentemente, de fomentadoras do aumento da população (CHILDE, 1942, p.123). Mas o autor observou que centrava estas características nos núcleos desenvolvidos Oriente Próximo, no Velho Mundo, e não eram extrapoláveis ao resto do mundo.

O ESTADO NO MATERIALISMO HISTÓRICO



Talvez não seja aconselhável deduzir, a partir das idéias de Childe, que a civilização é causa direta do processo de urbanização, ou da "revolução urbana", já que no discurso childeano a equiparação entre urbanização, estado e estratificação está mais do que discutível, como expôs E. Service (SERVICE, 1975, p.304). Em todo o caso, as contribuições de Childe foram, em seu momento, decisivas e iniciaram um debate que perdura, sobretudo através das reuniões entre os especialistas que são periodicamente realizadas como tributo a seu trabalho, e levam seu nome (p.e. MANZANILLA, 1988).



O modelo hidráulico

Em uma linha similar Karl Wittfogel também se pronunciou, quando desde uma ótica Marxista, justificava o aparecimento da vida urbana em consequência da prática da irrigação em grande escala, por meio de um sistema artificial construído pelo conjunto da população sob o controle da classe dominante. A "teoria da irrigação" valoriza o caráter despótico do estado centralizado, de acordo com as necessidades do sistema de produção (WITTFOGEL, 1957). Porém diversos autores encontraram alguns motivos para rechaçar esta teoria (WOODBURY, 1961).

Wittfogel era um sinólogo da origem alemã que emigrou aos Estados Unidos nos anos trinta para escapar da perseguição nazista, e desde posturas atribuídas ao materialismo histórico, apoiava-se nas idéias de Marx em seu trabalho "Oriental

Despotism: a Comparative Study of Total Power" (1957), no qual manteve que na Ásia se desenvolveu um absolutismo sobre as bases "das sociedades hidráulicas" nas quais reinava "o terror total e a submissão absoluta". De onde deduziu que o emprego das grandes concentrações de água para a irrigação e o abastecimento da população, requereriam dispositivos administrativos capazes de dirigir equipes maciças de trabalhadores. Que, também, necessitaria uma estrutura hierárquica rigorosa, com uma população de escravos na sua base e um líder despótico na cúpula, cercado por uma minoria cortesã em efervescência e imobilizada pelo terror. Surgiria assim a civilização mais antiga nos territórios sumério e acádio, fazem mais de seis mil anos, na antiga Mesopotâmia, já que ali a agricultura se desenvolveu com a ajuda de complexas técnicas de irrigação, produzindo colheitas abundantes e propiciando que um setor da população, liberado da produção alimentícia, pudesse consagrar-se exclusivamente às tarefas administrativas e cerimoniais.

Desde 1949, Wittfogel, Steward e outros estudiosos que seguiram a mesma linha de investigação, propuseram que os sistemas de irrigação em grande escala poderiam ter atuado como incentivos para dar impulso social à cooperação, com a participação de grande número de indivíduos, causando, também, a complexidade social que terminaria desembocando na formação de um sistema estatal.

Em 1968 Sanders aplicou esta teoria a determinadas áreas de Mesoamérica, modificando parcialmente suas teses precedentes. Não obstante, se conhecem diversos casos onde um processo similar baseado no controle centralizado da irrigação não levou à organização de instituições do estado nem à urbanização da sociedade, como em Bali, por exemplo.

A idéia de Wittfogel parte do estudo de certos períodos da história de China e foram seus discípulos e seguidores que a aplicaram mais tarde, a outras áreas culturais do Velho e do Novo Mundo. O conceito básico é o "da sociedade hidráulica": ou seja, uma organização agrária na qual a irrigação trabalha (com intenções produtivas e de proteção) e outras construções (de comunicação, defesa, serviço, etc.) são administradas por um governo forte (WITFFOGEL 1974), cuja eficácia esteja sustentada na capacidade de organizar e controlar uma grande força grande de trabalho para a construção e a manutenção das obras, assim como a distribuição de água às terras irrigadas.

A sociedade hidráulica, através de recursos "despóticos" que afetariam tanto aos aspectos ideológicos como aos físicos, apresentaria logo uma tendência a ser adotada: uma organização do tipo estatal, aparecendo o Estado como o sistema político mais eficaz para integrar os padrões formais da autoridade que requerem as tarefas de organização da irrigação, da produção agrícola e, especialmente, da estruturação de um sistema de produção baseado nestes aspectos (SANDERS Y PRICE 1968). Isto não elimina a possibilidade de que em algumas áreas, muito especialmente na América Pré-Colombiana, surgissem as sociedades hidráulicas que nunca chegaram a ter um organização estatal (por exemplo, os cacicados) e não chegaram a desenvolver um verdadeiro modelo urbano.

Esta proposta foi criticada imediatamente por um setor amplo dos investigadores, que viram nela a pretensão de apresentar como indiscutível um esquema de dinâmica provisional de uma forma claramente a-histórica. Estas críticas

se centraram em diversos aspectos específicos, entre os quais foram enfatizados: as nomeações de áreas em que não se precisava a cronologia histórica dos fatos aos quais se referia o argumento; de o processo não ser diacrônico; ou a uma tendência visível para fragmentar a informação, de tal maneira que não se podiam saber os detalhes históricos de cada caso.

Millon estudou em 1962 sete sistemas da irrigação em pequena escala nos grupos atuais, chegando a conclusão que não existia uma relação clara entre o grau de centralização da autoridade e sua tendência para a organização do tipo estatal e o tamanho do sistema de irrigação ou o da população que o mantinha.

Com respeito ao "conflito" provocado pelo controle dos recursos hidráulicos, parece evidente que não sempre a competição pela água causa conflitos, já que, sabemos através de numerosos paralelismos etnográficos, que sociedades que dependem de um sistema comum de irrigação podem evitar enfrentamentos ou conflitos e, às vezes, chegar a situações de cooperação para a produção de alimentos ou para a construção das infra-estruturas que ajudam a aperfeiçoar o sistema. Wittfogel e Steward viram nos estados de Mesopotâmia os exemplos mais claros de "sociedades hidráulicas compactas, simples e estatais" (STEWART 1952), enquanto alguns de seus seguidores procuraram os traços diagnósticos das características que poderiam definir às sociedades hidráulicas por antonomasia, centrando a pergunta na especificidade dos canais de irrigação. Desenvolveram-se, então, importantes projetos de prospecção em superfície, especialmente na planície central e no sul de Mesopotâmia (Diyala, Akkad, o centro de Sumer e a área de Uruk-Warka), a fim analisar a relação existente entre a presença de vestígios hidráulicos e o momento do aparecimento do "Estado" e dos modelos de sociedades urbanas. Mas os resultados não eram tão satisfatórios como se esperava.

Após anos de investigação, Robert Adams chegou a conclusão que, em Mesopotâmia, o Estado precede em muito (talvez em um milênio) às grandes redes hidráulicas que estabelecem as estruturas políticas definidas por Wittfogel como hidráulicas (ADAMS 1965: p.41), já que as evidências arqueológicas disponíveis, de elementos hidráulicos anteriores a metade do terceiro milênio a. de J.C. são tão escassas e discutíveis que chegam a ser irrelevantes.

Os registros administrativos da metade do terceiro milênio a. de J.C. indicam que a população dependia principalmente da cultura extensiva sob a rotação, alternando períodos de "*barbecho*" com as colheitas de leguminosas. A irrigação em pequena escala constituiu uma parte subsidiária de uma rede interdependente de técnicas de subsistência e relações econômicas e estes não pode ser isolados como um agente causal.

Em Espanha as teses hidráulicas foram aplicadas por Robert Chapman, Gilman e Thornes, sobre sitios do Calcolítico e da Idade do Bronze, com resultados muito discutíveis, devidos, principalmente, à ausência de evidências arqueológicas claras que possam sustentá-los. Estes autores crêem que o clima era tão árido como na actualidade, de maneira que a prática da agricultura de irrigação ao lado dos leitos das "*ramblas*" constituiria uma necessidade indiscutível para a sobrevivência das comunidades. Entretanto, considerando-se um meio mais húmido do que o atual (Lull, Ramos Millán, Lomba, Eiroa), sugeriu-se a prática de um regime de secano com

colheitas alternadas de cereais e leguminosas. Molina, baseando-se em dados faunísticos e palinológicos, compreende que houve uma deterioração do clima e da cobertura vegetal, a partir do III milênio a.de J.C., até chegar-se à situação desértica (menos de 200 milímetros de chuvas anuais nas zonas mais baixas, imediatas à costa).

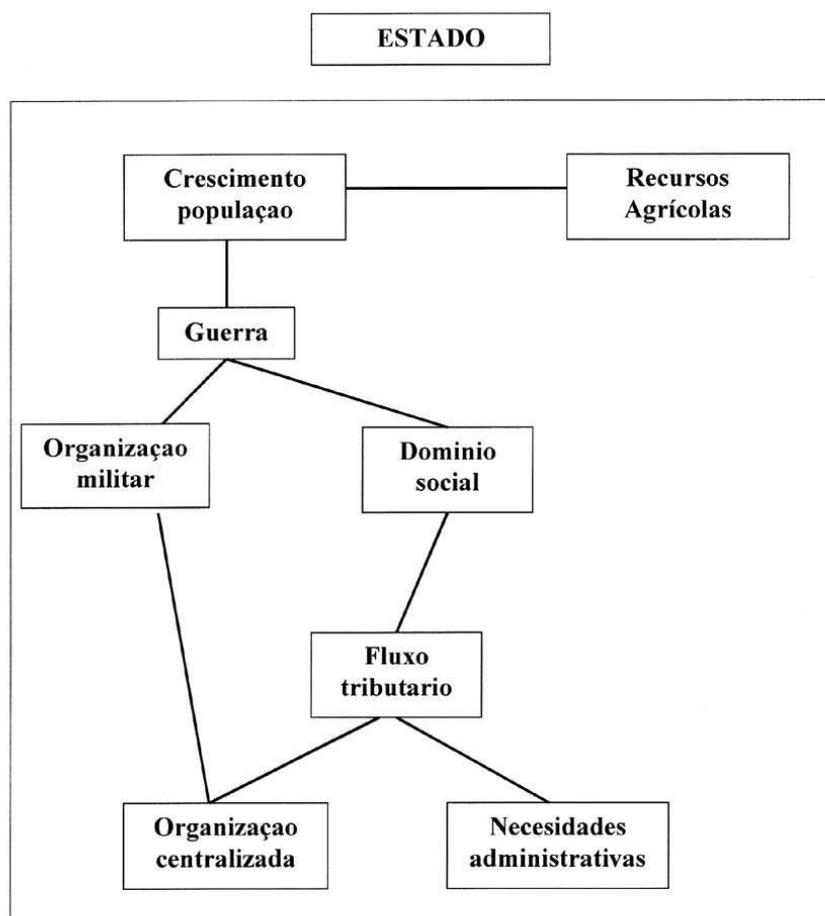
Entretanto, a partir das evidências paleoecológicas disponíveis não é possível demonstrar conclusivamente se o clima foi similar ao atual ou se foi mais húmido. A importância desta controvérsia reside no papel que começa a atribuir-se ao controle da água como desencadeante das mudanças econômicas e sociais naquele tempo nesta zona.

Não obstante, ambas propostas não têm porque ser excludentes, porque é possível imaginar os sistemas agrícolas que combinam a terra irrigada e a terra seca, como o propôs Chapman. O problema, talvez, poderia ser esclarecido com análises paleoeconômicas e paleoecológicas sobre as parcelas cultivadas, assim como sobre a dieta da população, com a análise dos restos ósseos.

"Os modelos demográfico e bélico"

Ambos modelos se tratam em uma mesma secção, uma vez que sempre aparecem intimamente explicitamente ou implicitamente relacionados. Um de seus grandes defensores foi Robert Carneiro (1970), que propôs que o aumento progressivo da população causaria constantes conflitos devido à competição pelas terras aptas para os trabalhos agrícolas, zonas de coleta, caça ou pesca, criando conseqüentemente uma pressão sobre os recursos, já limitados. A conseqüência final, após um período de fricções constantes, seria conquista de uns grupos por outros, estabelecendo-se uma relação do tipo tributário entre vencedores e vencidos. Estes mecanismos aumentariam progressivamente o tamanho das unidades políticas, assim como o grau de complexidade e de centralização, terminando finalmente em uma organização do tipo Estatal.

Em Mesopotâmia foram definidos pelo menos três exemplos que tentam apoiar esta hipótese. Cuyler Young (1972), baseando-se nos trabalhos de Boserup (1965) e Carneiro (1970) considera Mesopotâmia como uma unidade geográfica relativamente definida, que entre 6000 e 4500 a. de J.C. (com seu ápice na Fase de El Obeid II, para 4.900 a. de J.C.) triplicaria sua população, causando uma pressão demográfica considerável sobre os recursos, que forçariam a uma intensificação do uso da terra e à migração de uma parte da população para zonas marginais. Mais tarde, durante o período Uruk ou período Proto-literário (3500 – 3100 a. de J.C.) as áreas marginais seriam abandonadas criando-se novos núcleos humanos de fácil defesa, que desempenhariam o papel de "zonas de amortecimento", entre as áreas mais intensamente povoadas. Assim, o urbanismo aparece como o meio de organização e controle dessa crescente população, sendo motor da nova estrutura econômica e política, assim como de mão de obra para o trabalho, no contexto de estruturas sociais fortemente hierarquizadas.



O estado, segundo R. Carneiro

McGuire Gibson (1973, p.458-460), depois de seus estudos sobre Uruk, Nippur e Kish, propõe uma variante deste modelo: Considera que o aumento da população depende, na maior parte das vezes, da capacidade produtiva da terra. O aumento da população constitui o índice principal, mas considera que o abandono do curso oriental do rio Eufrates fez com que a população se movesse para terras mais ocidentais, situadas nas proximidades do novo curso, transformando-se em um fator determinante no processo de urbanização de Mesopotâmia. Este deslocamento causou a concentração da população, que forçou a procurar mais recursos e a intensificar a produção agrícola, complicando a rede econômica e os recursos administrativos da sociedade. Não obstante, os grandes núcleos de população terminariam por apresentar complicações para seu governo e iniciariam uma tendência a atomizar-se em pequenas aldeias de caráter agropecuário, dispersadas pelo território, causando um aumento demográfico, a intensificação dos intercâmbios e o desenvolvimento do artesanato especializado. A competição pela terra e pelos bens tornou-se cada vez maior e então apareceram os conflitos armados, como uma solução habitual para resolver os litígios entre as cidades-estado, uma vez que não era

possível perpetuar os movimentos migratórios, sobretudo após ter-se esgotado as possibilidades de obter novas terras.

A TEORIA BÉLICA: FATORES DE CONFLITO

- DISPUTA POR RECURSOS
- DISPUTA POR TERRAS AGRÍCOLAS OU DE PECUÁRIA
- DISPUTA POR ÁREAS ESTRATÉGICAS
- DISPUTAS POR TERRITÓRIO
- TRANSFERÊNCIA DE BENS OU ACTIVOS DO Oponente (CONTRÁRIO)
- COMPETIÇÃO ENTRE OS Oponentes (CONTRÁRIOS)
- OUTROS

Somente em fases proto-históricas avançadas se contempla o conflito motivado por causas ideológicas

O modelo da hierarquia administrativa.

H.T.Wright e G.A. Johnson (1975) propuseram um esquema para explicar a origem da vida urbana e do Estado, baseados em seus estudos sobre as evidências encontradas em Khuzestan, uma província de Irã, localizada ao sudoeste do país, na fronteira com Iraque e o Golfo Pérsico. De acordo com estes autores, neste processo estariam envolvidas instituições governamentais centralizadas, com funções administrativas especializadas na tomada de decisão, o que implicaria na presença de três ou mais níveis em uma hierarquia de controle, necessária para considerar a uma organização como estatal. Os indicadores seriam: 1. – a supremacia hierárquica de uns estabelecimentos sobre outros e 2. – o uso de determinada tecnologia entre os recursos administrativos.

Também Robert Adams (1972, p.62-63) propôs um modelo particular baseado na complexidade administrativa. Adams compartilha o esquema básico dos modelos precedentes, mas considera que os efeitos deste processo devem ser analisados não somente à nível do intercomunal (como a ênfase crescente nas hostilidades do tipo bélico, que causariam o surgimento das cidades-estado amuralhadas), mas também no nível do intracomunal, ou seja, modificando a estratificação social, que favoreceria, com o tempo, o aparecimento de superestruturas estatais.

Frank Hole (1974, p.277) destaca que existem evidências históricas de conflitos bélicos pelo menos até 2500 a. C., isto é, vários séculos depois de haver finalizado o processo de formação dos estados. E. Service (1975, p.304-308) também destacava que as evidências de conflitos violentos estão presentes, de forma mais ou menos esporádica, durante todo o processo, enfatizando que há dois tipos de conflitos durante todo o período: por um lado, os confrontos entre os vizinhos rivais,

nos quais uma cidade vence a outra após uma disputa por fronteiras; e por um outro, pelos confrontos entre grupos sedentários e nômades. O militarismo sistemático de um estado expansionista se contempla desde outra perspectiva diferente, já que requer modelos superiores da organização e uma infra-estrutura muito mais desenvolvida, evidente somente a partir do período Acádio em diante, quando já estaríamos totalmente diante de um modelo estatal.

Desde a perspectiva da demografia, o aspecto mais complexo é encontrar as evidências arqueológicas que endossam as propostas de seus promotores, já que, geralmente, estas se basearam principalmente em prospecções regionais de superfície e no estudo dos materiais arqueológicos encontrados sobre o terreno, que serviram para atribuir determinados períodos aos sítios (depósitos), baseando-se principalmente na tipologia dos materiais, o que geralmente pode ser bastante arriscado em arqueologia. Uma vez definida a cronologia do assentamento, se calcula sua população estimada considerando sua relação com a área de distribuição dos restos arqueológicos, fundamentalmente a cerâmica. As possíveis mudanças "no padrão de assentamento" foram explicadas por meio do número de assentamentos atribuídos a cada período. Porém, ao não desenvolver verdadeiras escavações arqueológicas, a cronologia era demasiado imprecisa e existiam muitos inconvenientes para demonstrar a suposta contemporaneidade dos depósitos atribuídos a um período concreto. Este fato fez com que diversos autores considerassem que a forma de ver a correspondência deste modelo com a informação particular de Mesopotâmia não era a correta.

O modelo multivariante

M. H. Fried, em uma complexa e elaborada análise, pôs de manifesto a importância do processo da estratificação social e de hierarquização da população na formação dos grupos urbanizados e no surgimento dos estados (FRIED, 1967).

Neste mesmo sentido coincidiu Robert M. Adams, desde o começo de seus estudos, embora supondo que as cidades, para o autor britânico, não são o resultado de nenhuma lei prévia e predeterminada, mas da confluência de diversos fatores. Adams tenta corrigir alguns aspectos da teoria de Childe (e, por conseguinte, de Morgan) e apoia-se no processo de incremento da estratificação social afirmando que os direitos de propriedade eram somente uma expressão de um sistema das relações sociais estratificadas, que são, de certo modo, os fundamentos de uma sociedade política (ADAMS, 1966, p.80). Adams compreende que, para explicar o nascimento da vida urbana, não basta somente contemplar a capacidade que uma sociedade tem para prever a produção de alimento, senão o conjunto das inovações políticas e econômicas que permitam ao grupo, especialmente aos artesãos que não produzem alimentos, sobreviver apropriando-se dos produtos obtidos pelos agricultores e por negociantes de gado.

Para Adams as classes sociais eram "graus diferenciados de acesso aos meios de produção da sociedade", embora sem consciência de classe (ADAMS, 1966, p.79) e pensa de que as primeiras organizações urbanas de Mesopotâmia estiveram

organizadas em "clãs cónicos" (nos quais prevalece uma certa forma de parentesco), oferecendo um modelo de pirâmide social na qual alguns escravos e servos, a grande massa da população e o campesinato aparecem na base, superpondo-se a eles os artesãos, as famílias aristocráticas e, finalmente, a nobreza e os príncipes. Entretanto, Adams não ignora outros fatores. Assim, quando afirma que "o aparecimento e o desenvolvimento da cidade não foram definidos em Mesopotâmia pela peculiar mentalidade do povo sumério, mas pelo caráter físico de Summer", está dando valor ao entorno, ou seja, ao meio (ADAMS, 1966, p.95 e ss.). Este mesmo valor do meio aparece contemplado em outros investigadores mais recentes, como C.Wissler, que crê que o entorno exercia algum tipo de influência sobre o fenômeno cultural, orientado principalmente para o desenvolvimento da produção de alimentos (WISSLER, 1931) e P.Wheattley, que também valorizou o âmbito físico junto a outros aspectos, sobretudo de tipo econômico e social (WHEATTLEY, 1971).

O ponto de vista de Adams (1966) sobre a formação adiantada do estado é um exemplo da teoria segundo a qual muitas variáveis se combinam para interagir. Adams compara a Mesoamérica com Oriente Próximo e encontra em ambos os casos um desenvolvimento muito similar, que se representaria como uma sucessão de três fases: teocrática, militar e política. O grande número de diferenças parece combinar-se de forma satisfatória se supusermos o processo seguinte. Diversas formas de subsistência (pastoreio, coleta, irrigação e cultivo) levaram ao aumento da redistribuição, assim como as grandes diferenças quanto a riqueza, principalmente porque esta última forma resultava no aparecimento de outros produtos e e nas altas concentrações da produção em terras férteis. A guerra produziu a gênese dos guerreiros e propiciou o trabalho escravo. Parte deste trabalho acelerou a tendência para a especialização artesanal, que requeria maior redistribuição e, conseqüentemente, uma administração melhor. A crescente diferenciação na riqueza, assim como entre os guerreiros e a gente "comum" levou à hierarquização social. Todos estes processos geraram a formação do estado.

Outros especialistas, como R.Carneiro, M.Webb e E. Boserup, se apoiaram em teses de tipo etnológico, colocando ênfase em aspectos que pudessem exercer diversas influências no processo de urbanização da sociedade, como a circunscrição geográfica, a guerra e a conquista, a expansão demográfica... etc.

Bons exemplos do anterior são os enfoques de Cohen e Claessen sobre a adiantada formação do Estado. Estes investigadores descrevem diversas etapas de desenvolvimento social pelas que devem passar as sociedades com o fim de alcançar o nível de "estado", porém se deixam em aberto os mecanismos que ocasionam as mudanças em questão, os quais variam de caso a caso (COHEN 1978,1981; CLAESSEN e SKAINIK 1978). Este enfoque é uma aplicação direta dos modelos evolucionistas multilineares de Steward (1955), Service (1971, 1975) e Fried (1967).

O modelo de intercâmbio

Colin Renfrew (1975), baseando-se em seus estudos nas ilhas Cícladas entre o Neolítico e os inícios da Idade do Bronze, centrando-se, sobretudo no Calcolítico, propôs diversos modelos que tentaram explicar o papel do intercâmbio (fase precedente ao verdadeiro comércio) no processo da organização interna e na complexidade social e administrativa de uma "civilização", até desembocar na origem do Estado. Partindo "de um lugar central", como o ponto principal a partir do qual se desenvolvia o intercâmbio, e manejando o conceito de "módulo estatal temprano" como uma unidade territorial independente, apresenta os elementos organizativos que causariam o aparecimento dos núcleos centrais, estabelecendo clara diferença entre um cacicado e um Estado propriamente dito, usando o critério da continuidade e permanência das localidades centrais. O aparecimento destes núcleos centrais permanentes seria o primeiro passo no processo da formação dos estados, bases das organizações históricas "civilizadas".

Renfrew estabelece três níveis no modelo das relações: o intercâmbio interno em cada módulo, em que a atividade predominante seria a de jogar um papel como o centro de redistribuição; o intermediário, mediante uma atuação de reciprocidade destinada à manutenção da uniformidade entre os módulos estatais, obtendo um certo equilíbrio entre eles; e finalmente, o intercâmbio à larga distância entre os módulos e outras entidades de áreas mais distantes, fora do meio em que eles se desenvolvem.

Renfrew esclarece que diversos subsistemas de um sistema cultural poderiam operar independentemente de maneira mais ou menos estável, sem gerar crescimento algum na escala de complexidade a que freqüentemente nos referimos quando falamos em "estados adiantados". Insiste em quem o começo "não é gerado pela existência destes subsistemas em si, mas por uma interação positiva de retroalimentação entre dois ou mais dos subsistemas em questão". O marco cultural em que C. Renfrew trabalhou, o Egeu e as Cícladas, ofereciam condições especiais para este tipo de estudo, tanto pela proximidade geográfica entre as diferentes organizações estudadas, como pela homogeneidade relativa das evidências arqueológicas que poderiam sustentar suas afirmações. Em todo este processo desempenhou um papel importante a exploração sistemática dos produtos agrícolas, especialmente dos cereais, das videiras e da oliveira ("o policultivo Mediterrâneo"), que estimularam o intercâmbio, promovendo um autêntico processo de "retroalimentação", que serviu para dinamizar o desenvolvimento destas áreas.

Para Renfrew o grande marco do processo seria a época palacial cretense, já que os palácios de Creta aparecem como os centros de controle que contaram com importantes meios de organização que os convertiam em sedes regionais principais, onde os líderes executavam as funções administrativas, políticas e religiosas. Estes centros estavam associados às minorias do poder, comandados por indivíduos prestigiosos, assim e como mostram os tesouros de Malia. A função administrativa ocupava-se do armazenamento em grande escala dos excedentes da produção e manufatura, praticando um tipo de economia redistributiva que Haldstead e O'Shea tentaram definir sem chegar a pronunciar-se a respeito do caráter "democrático" ou

"despótico" do sistema. C. Renfrew define aos palácios como "módulos do Estado primitivo", enquanto que T. Champion os menciona claramente como "os primeiros estados europeus". Ambos se apoiam na complexidade administrativa do palácio e em suas funções, indicando que algumas cidades-estados gregas do Período Clássico não eram muito maiores em tamanho e em número de habitantes.

"O modelo da produção controlada e os processos de redistribuição"

Este modelo parte das propostas do V. Gordon Childe e baseia-se principalmente na idéia, desenvolvida por Frank Hole, de que a cidade se levanta a partir do crescimento progressivo dos habitantes de uma comunidade, apoiado na acumulação de um excedente social, fruto de um sistema de produção controlado, assim como de sua redistribuição a partir de um centro desenvolvido.

A população dos primeiros centros urbanos representa uma nova forma de organização social e econômica, com a presença de um grupo de especialistas de tempo completo em atividades diversas (CHILDE 1964, p.29-30). É em Mesopotâmia onde se aprecia por primeira vez a existência de um sistema de produção com excedentes que excedem as necessidades básicas dos habitantes da urbe e das vilas subsidiárias circunvizinhas. Esta situação permitiria a manutenção das novas classes econômicas, que muito prontamente levantariam as prerrogativas especiais sobre os principais recursos produtivos, estimulando o processo de estratificação social e o aparecimento das novas categorias sociais que se dedicariam ao intercâmbio de mercadorias, assim como à sua redistribuição desde um lugar central, que, com tempo, geraria novas formas institucionalizadas e mecanismos apropriados para concentrar e redistribuir os excedentes da produção, controlando tanto os mecanismos econômicos como as rotas através das quais se redistribuiriam os excedentes. A inevitável etapa seguinte seria o aparecimento de uma minoria dominante que ia apropriando-se dos meios da autoridade absoluta.

Em seus estudos sobre a origem da civilização em Mesopotâmia, Hole (1974) indica também que com o sedentarismo dos habitantes da zona concentraram-se cada vez mais em assegurar produção agropecuária suficiente, apesar de ter que renunciar à variedade dietética e à mobilidade de seu caráter precedente de bandas itinerantes. Esta nova situação forçou-lhes também a intercambiar os bens que produziam por aqueles que não poderiam produzir localmente, com a diminuição conseqüente de sua autosuficiência. As características do território, variadas e desiguais em recursos, causaria certa especialização das comunidades, que produziriam assim bens diversificados, com o que se tornou essencial o intercâmbio. Surgiu assim a necessidade de uma organização que controlasse a produção e o redistribuição dos produtos, assim como a ascensão das minorias que se alçaram com o poder através de instituições reconhecidas, como os templos ou os palácios, que representavam dois graus ou níveis diferentes de organização, em duas etapas evolutivas nas quais, de momento, parece que o templo tem a prioridade.

H.T.Wright e G.A.Johnson (1975) apreciam em Mesopotâmia um processo "de diferenciação horizontal e de hierarquização vertical", em conseqüência do

controle da informação e dos mecanismos de produção e de redistribuição. Estas diferenças sociais podem interpretar-se dentro do processo de complexidade social que naquele tempo experimentavam as sociedades do Oriente Próximo e do Oriente Médio.

O modelo (europeu) de comércio.

Muitos investigadores destacaram a importância do desenvolvimento do comércio a longa distância no processo de formação das sociedades pré e proto-estatais, entre eles Sabloff e Lamberg-Karlovsky (1975). O controle sobre artigos indicadores de prestígio ou símbolos de poder, poderia ajudar ao surgimento de uma classe governante, visto que as obrigações administrativas concomitantes poderiam promover o sistema administrativo como tal. Embora haja autores, como Wright, que destacam casos onde o comércio chegou após a formação do Estado (1969, 1972).

Mais recentemente Peter S. Wells estudou o processo de urbanização das sociedades europeias proto-históricas, centrando-se sobretudo no Bronze Final e na Idade do Ferro de Europa Centro Ocidental, analisando, desde uma perspectiva monocausal (a atividade comercial como fator determinante) o desenvolvimento dos grupos culturais (WELLS, 1984). Para este professor de Harvard parece evidente que na Europa Central da Idade dos Metais não são aplicáveis as explicações oferecidas para o Oriente Próximo. Aqui não têm sentido as teorias sobre irrigação, uma vez que o território é húmido e fértil por natureza, nem temos dados para avaliar um papel preponderante das instituições teocráticas, nem é decisiva a contribuição colonial de outros pontos mais desenvolvidos da Europa Mediterrânea, uma vez que afeta as sociedades que já estão em vias de urbanização. Fatores como: a estratificação social, a guerra e a religião jogaram um papel muito restrito. Wells valoriza, principalmente, o fato de que a economia, uma vez desenvolvida além de um nível de subsistência pura, poderia suportar adequadamente um número relativamente elevado de produtores não dedicados a obtenção de alimentos, e isso repercutiria no incremento da produção de bens comercializáveis, produzindo-se um aumento da atividade mercantil que repercutiria em diversos aspectos da vida diária, aumentando a população e os recursos humanos. Neste modelo, os fatores determinantes ("fatores críticos" de Wells) foram: "o crescimento do comércio a finais da Idade do Bronze, a iniciativa individual e a motivação das comunidades para produzir aqueles produtos que poderiam ser intercambiados por luxos desejados" (WELLS, 1988, p.184). Algumas destas idéias já haviam sido expostas por M. Halbwachs em (1930), porém não resta dúvida de que as teorias de Wells, que têm um precedente na obra de Jane Jacobs "The Economy of Cities" (1969) referente às áreas de Turquia, estão apoiadas em dados recentes e verificados e aportam uma nova perspectiva ao problema. No entanto, está evidente o importante papel aportado pelo comércio entre as sociedades europeias do I milênio a. de J.C., parece exagerado atribuir-lhe um papel quase exclusivo no processo de urbanização europeu, sobretudo tendo em conta que os benefícios comerciais afetaram, em um princípio, a áreas bastante limitadas e que fora delas existiriam comunidades nas quais se aprecia um desenvolvimento urbano igualmente intenso, ainda que quem sabe de diferentes características. Na península Ibérica, por

exemplo, a meados do I milênio a. de J.C., se pode apreciar uma considerável incidência comercial que incide sobre a área Ibérica, mas os benefícios destas relações se centraram em núcleos muito concretos e chegavam muito matizados ao interior. Estudos recentes puseram de manifesto que a intensidade comercial diminuía de intensidade à medida que os centros receptores estivessem situados em zonas mais do interior, e algumas áreas, como a castreña do Noroeste, apenas se beneficiaram daquelas relações comerciais e, não obstante, desenvolveram uns centros de população que em alguns casos, como Coaña, San Cibrán de Las, Santa Tecla ou Briteiros, chegaram a ser consideráveis, antes de começar o processo do romanização.

Devemos destacar, como adverte sabiamente o próprio Wells que seu estudo é, definitivamente, "uma grande simplificação de uma situação muito complexa" (WELLS, 1988, p.184).

B.W.Cunliffe e R. T. Rowley abordaram também o tema centrado-o nos "*oppida*" da Europa bárbara, ainda que desde um ponto de vista bastante mais amplo e generalizador (CUNLIFFE e ROWLEY, 1967), seguindo os passos de J.Werner, que havia estudado os "*oppida*" da segunda Idade do Ferro tentando explicar seus detalhes urbanísticos trinta anos antes (WERNER, 1939).

Para Europa da Idade dos Metais temos estudos que abordaram diversos aspectos parciais, inclusive tentativas de visões de conjunto, dos trabalhos de Childe, que quis explicar as mudanças produzidas na sociedade europeia colocando-as em relação com o auge alcançado pelos especialistas em metalurgia, para os quais imaginava um especial estatus de privilégio de caráter intertribal, que foi, de certo modo, a origem do desenvolvimento de um artesanato que alcançaria mais tarde uma situação preponderante, estimulado pela demanda dos comerciantes do Mediterrâneo. Isso potenciou o aparecimento dos núcleos urbanos que se desenvolveram à sombra de um florescente comércio (CHILDE, 1952). Em um sentido similar fala C.Hawks (HAWKES, 1940). Entretanto, diversos estudos foram matizando estas idéias desde a década de sessenta, fixando sua atenção em aspectos específicos da economia e da sociedade (CLARK, 1952; FILIP, 1962; ROWLANDS, 1972; MILISAUSKAS, 1978; CLARKE, 1979).

Em Europa é problemático falar do urbanismo e da vida urbana antes da plenitude da Idade do Bronze. Embora no espaço do Egeu, nos Balcãs e na Península Ibérica surge "uma clara tendência para tipos de sociedade hierarquizada" (CHANPION, 1984, p.213), esta situação não teve grandes repercussões imediatas mas serviu para assentar as bases para os processos da Idade do Bronze. Ainda que no Calcolítico existam evidências de relevantes concentrações de população nos grupos culturais de: Vinça - Pločnik (Yugoslávia), Gumelnitza (Romênia - Bulgária), Cernavoda (Bulgária), Vucedol (Yugoslávia), Boleraz (Morávia), Los Millares (Espanha)... etc., nos quais se detectam alguns traços característicos como: trabalhos públicos (muralhas, poços, grandes edifícios...), especialização de funções, atividades artesanais, minorias hegemônicas, concentração de poder e de riqueza... etc., não parece possível interpretá-los como evidências de uma vida urbana total, mas como uma fase precedente, na qual o modelo ainda não está completamente imposto e no qual, em todo o caso, falta a evidência material da urbe, embora exista o germe de sua idéia.

Talvez por essa razão seja mais correto referir-se a eles como sociedades pré, ou em sua maioria, proto-urbanas.

Está absolutamente certo que no Egeu existiram organizações do Bronze Antigo que sim podem denominar-se de proto-urbanas em sentido estrito (RENFREW, 1972), (Troy, Chalandriani, Lerna, Thermi...), que logo serão sucedidas pelas organizações palaciais de Creta e pelos núcleos fortificados de Micenas no Hêlade, aos quais sim parece apropriado denominar cidades (não sem determinadas reservas), mas sua influência sobre o resto do continente foi muito menor do que se acreditou a princípio. Será na plenitude da Idade do Bronze e principalmente no Bronze Final, quando na Europa "bárbara" se desenvolverá o modelo urbano, a partir dos povoados agropecuários, embora nenhum dos núcleos que se formaram na Idade dos Metais chegou a igualar-se em importância às cidades orientais de um milênio antes.

Os recentes estudos de ROWLEY (1967), UCKO, TRINGHAN e DIMBLEBY (1972), COLLIS (1975, 1982 y 1984), BÜCHSENSCHÜTZ (1978 y 1984), BRAUDEL (1981), WELLS (1980, 1984 y 1988)...incidem sobre diversos aspectos do desenvolvimento urbano continental, tanto do ponto de vista sócio-econômico como do físico, insistindo na importância decisiva de fenômenos como: o comércio do metal e dos objetos elaborados, desenvolvimento da produção agropecuária, a concentração da riqueza e poder, a tecnologia... etc., que potenciaram o aparecimento e o desenvolvimento de formas de convivência inclinadas ao modelo urbano. Alguns concordam em dar uma relevância maior ao fator comercial (ALEXANDER, 1972, CLARKE, 1979, WELLS, 1984), tal e como havia previsto Childe em sua obra póstuma de 1958; outros valorizaram mais os aspectos bélicos (COLLIS, 1982), sociais (NASH, 1976), ou institucionais (SERVICE, 1962). Claro está que hoje resulta mais apropriado pensar em uma interação de múltiplos fatores que tiveram como resultado o surgimento da vida urbana desde a plenitude da Idade do Bronze, terminando em uma autêntica urbanização da sociedade no apogeu da Idade do Ferro, em que, não obstante, é necessário considerar as diversidades regionais para compreender bem o processo.

Não obstante, hoje é possível apontar que alguns fatores como: o aumento demográfico, a melhoria das técnicas de exploração do território, a atividade comercial e o intercâmbio, as rotas de uma comunicação que estes abriram, a tendência às atividades especializadas, as medidas de proteção do grupo... etc., desempenharam um papel fundamental no processo, incidindo em cada caso nos aspectos específicos que, por sua vez, repercutiam em outros, dando forma conseqüentemente a uma corrente de efeitos multiplicadores que, realmente, constituíram um amplo conjunto de fatores determinantes, estreitamente unidos, que conduziam a um quase inevitável resultado final: à benéfica vida em comunidade.

As recentes tendências na investigação, que surgem principalmente da aplicação dos princípios derivados da concepção Estruturalista da Arqueologia, tentaram penetrar nos aspectos complementares que, pelo menos em teoria, tentam encontrar uma explicação para uma valorização do território, concebido como o espaço vital suscetível de ser explorado e usado pelo grupo humano, ou para avaliar o aspecto demográfico desde o estudo detalhado (embora estatístico em muitos casos) das necrópolis e das casas, ou para aproximar-se mais à compreensão dos grupos de povoados em determinadas regiões, pondo em jogo às vezes, teorias de alcance médio, de acordo

com as idéias de L.R. Binford, ou aplicando teóricos "modelos de controle" e conclusões apoiadas na estatística, que ofereceram diferentes, embora complexas, possibilidades para aumentar o conhecimento da demografia, economia, áreas de captação de recursos, exploração do território... etc. que são, naturalmente, aspectos fundamentais para o conhecimento das sociedades estabelecidas na terra, para a compreensão do grau de adaptação à mesma, assim como para penetrar na evolução biológica das comunidades, questões todas de grande importância para ampliar o conhecimento do processo de urbanização da sociedade.

Em Espanha, os trabalhos de Garcia Bellido, de Torres Balbas, de Cervera Checa e Bidagor, Maluquer, Arribas, Chueca Goitia, Balil e outros, abriram caminho para o estudo do processo histórico da urbanização da sociedade hispânica, e repercutiram, como um incentivo, sobre os estudiosos, iniciando uma linha de investigação que hoje está completamente definida. Um primeiro resultado deste interesse foi o Symposium de Ciudades Augusteas de Zaragoza, em outubro de 1976, que supôs que uma necessária modernização dos estudos sobre urbanismo histórico no espaço peninsular, incidindo especialmente na época Romana. Nos trabalhos arqueológicos sobre habitats pré e proto-históricos, antigos e medievais, é freqüente hoje a análise urbanística, como necessário complemento ao conhecimento global dos sítios, de modo que os dados foram aumentando consideravelmente possibilitando cada vez mais sua avaliação. Embora todos estes modelos teóricos que tentam explicar, global ou parcialmente, a gênese do modelo de vida urbana tenham sido concebidos para o Leste Asiático, prontamente houve tentativas de aplicá-los em centros neurálgicos das grandes culturas americanas, com maior ou menor grau de acerto e não sem adaptá-las às variantes que os cenários exigiam.

* * *

Durante muito tempo os estudiosos sobre o tema da origem e da evolução da vida urbana e do urbanismo, principalmente europeu, acreditaram que na América Pré-Hispânica não existia uma vida urbana verdadeira nem um urbanismo próprio até algum tempo depois da conquista pelo Continente Europeu, quando os colonizadores transferiram ao Novo Mundo os modelos urbanos que prevaleciam no Velho Mundo. O próprio V. Gordon Childe, em sua "What happened in History", inicia o capítulo V afirmando que: "A metalurgia, a roda, o carro levado por bois, o burro de carga e o navio de vela constituíram as fundações de uma organização econômica nova". E nenhum destes logros estava presente na atual evolução interna das culturas americanas, de modo que dificilmente podia imaginar uma trajetória cultural que terminasse, como no Velho Mundo, em um modelo da vida urbana plenamente desenvolvido. Também dizia que os logros da cultura americana não conduziram à criação de um sistema generalizado da escrita (mesmo se consideramos as impenetráveis inscrições hieroglíficas Maias, na que, até poucos anos, somente se podia deduzir datas, números e alguns poucos nomes), interpretada tradicionalmente como o mais espectacular logro das sociedades urbanizadas. Isto fez com que muitos investigadores partissem de suposições equivocadas quando se enfrentaram pela primeira vez ao estudo do fenômeno urbano e faziam referência ao caso americano.

Não obstante, para qualquer espectador que hoje possa ver os conjuntos arqueológicos de Teotihuacán, em México, de Chanchán ou Pachacamac, em Peru, a dúvida sobre a existência da vida urbana e urbanismo pré-Hispânico em América não existiria.

Para os 500 d. de J.C. Teotihuacán era a sexta cidade mais grande do mundo, com uma população estimada em aproximadamente 100.000 habitantes e o centro de um império que controlava aproximadamente 25.000 km²., em México central. Sua distribuição em quadrículas planejadas cobria 20 km². , em torno de um centro cerimonial, a pirâmide do Sol, que governou a dispersão dos outros edifícios. Em sua avenida central, de aproximadamente 5 quilômetros. de comprimento, se alinhavam 75 templos menores.

Em Chanchán, a capital do reino de Chimú, ao norte da costa Peruana, nos arredores de Trujillo atual, o traçado urbano ocupa aproximadamente 28 km². Considera-se a cidade de barro (adobe) mais grande do mundo. Em seu interior estão alojados dez complexos reais ou cidadelas e sua população calculava-se em mais de 50.000 almas.

O aspecto deste tipo de entidade urbana é impressionante. Nelas se encerravam grandes recintos cerimoniais, complexos palaciais, centros administrativos, armazéns, fábricas, cisternas, bairros de especialistas... etc., que por eles mesmos falam das mais notáveis características com as quais quiseram definir as organizações urbanas no Velho Mundo. Esta impressão do visitante não se afasta muito da que tiveram os primeiros conquistadores do Novo Mundo: Gaspar de Carvajal, cronista do primeiro ascenso do Amazonas, descreve verdadeiras cidades no interior do país, da mesma forma Cristóbal de Acuña, cem anos mais tarde; Vespucio expressa sua admiração pela "Veneza" que descobre em Venezuela e o padre Las Casas, em sua "História Apologética", oferece uma longa lista das cidades que embelezavam a costa de Panamá. Podemos imaginar a impressão de Hernando Pizarro ao entrar em Pachacamac, em 1533.

Na base do erro ocorre o longo debate entre os especialistas a respeito das características diagnósticas que definem à vida urbana e à cidade, desde as idéias de Morgan, de Marx e de Engels, Gordon Childe, Wittfogel, Spencer, Adams, Carneiro, Wissler... mais recentemente de Redman, Service e Wells. Atualmente o que está claro é que, como concluiu Adams "não existe uma origem das cidades, mas sim tantas quantas são as tradições culturais independentes com um modo de vida urbano", e embora possamos elaborar uma lista de traços diagnósticos, na qual poderíamos incluir: a sociedade estratificada, um considerável número de habitantes, o aparecimento do Estado e suas instituições, estruturas religiosas e políticas, formas de produção organizadas, tecnologia, comércio, artesanato... etc. Nenhum deles, sozinho, definiriam a vida urbana, mas todos eles, separadamente, sim poderiam incorporar a definição.

Hoje podemos afirmar que na América Hispana existiu um urbanismo e um modelo (ou melhor, diversos) de vida urbana bastante antes da chegada dos conquistadores europeus. A formação destes modelos seguiu um processo que hoje podemos analisar seguindo diversas fases, tal e como podemos verificar na Área Andina:

FASES DO DESENVOLVIMENTO URBANO NA ÁREA ANDINA	
FASE I	Fase Arcaica (5000 – 1800 a. de J.C.) Formação de grupos sedentários. Começo e posterior desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Primeiras aldeias agrícolas.
FASE II	Fase Formativa (1800 – 500 a. de J.C.) Chavín de Huántar, Guañape, Paracas, Salinar. Primeiros centros cerimoniais. Tendência à concentração de poder. Características de estratificação social.
FASE III	Fase dos desenvolvimentos regionais (500 a. de J.C. – 700 d. de J.C.) Moche / Virú Wari Regionalização Cultural: Fases de Gallinazo, Lima, Nazca, Cajamarca, Recuay, Tiawanaku... etc.
FASE IV	Fase dos grandes estados regionais (700 – 1500 d. de J.C.) Formação urbana, senhoriais e imperial. Consolidação e desenvolvimento do urbanismo pleno. Chimú Império Inca

Fase Arcaica (5000-800 a. de J.C.)

Durante a Fase Arcaica, apareceram os primeiros assentamentos estáveis, sobretudo para o final do período, a partir de 2000 a. J.C. Nesta fase vemos algo similar ao que Childe denominou “revolução agrícola” para o mundo Asiático Próximo-Oriental, nos depósitos do tipo Valdivia e Real Alto, na península de Santa Elena, no Equador, e em outros do tipo de Huaca Prieta, no norte de Peru. É o surgimento das primeiras aldeias estáveis, de caráter agropecuário, que têm geralmente, construções do tipo ceremonial (pirâmides e plataformas), como em Huaca Prieta, e significam o surgimento das primeiras obras de caráter coletivo.

Durante a primeira parte do Arcaico, que se denomina “Pré-cerâmico sem algodão” (até 2500 a. J.C.) o processo é lento e sua evolução sugere uma fase de experimentação principalmente agrícola. A segunda parte (“Pré-cerâmico Algodoeiro”) o processo experimenta uma aceleração notável, que se percebe no crescimento dos estabelecimentos e no aumento da população, certamente devido ao incentivo do

grande aumento de possibilidades na dieta alimentícia.

Exemplo da primeira etapa pode ser o assentamento de Real Alto, no vale de Chanduy, do denominado "Grupo Valdivia", na península de Santa Elena, ao norte de Guayaquil (Equador), escavado por Jorge Marcos. Trata-se de uma aldeia com praça e recinto cerimonial que foi ocupada por mais de dois mil anos (MARCOS, 1988).



1- Áreas escavadas de Real Alto (Península de Santa Elena, Equador)

Real Alto deu a data mais antiga da fase de Valdivia, 3545 ± 200 a. de J.C., para uma comunidade que já cultivava o milho, o algodão, a batata doce, o "*achira*", o amendoim e os alucinógenos. É o protótipo da aldeia de Valdivia, com casas comunais alinhadas em torno de uma praça ou de um espaço central. Seus materiais arqueológicos mostram intercâmbios a distância, inclusive com os Andes interiores e se detectaram conchas *spondilus* e obsidiana importada de Chorrera. Exploravam sistematicamente três ambientes diferentes: costa, rio e savana. E no contexto arqueológico aparecem as características que oferecem dados dos inícios de uma hierarquização social, uma estrutura religiosa básica, com presença dos Xamã e de um calendário ritual usado para controlar a produção agrícola. Em Real Alto se pode apreciar importantes mudanças nos padrões de assentamentos entre as fases I e III (entre 3.500 e 2.750 a. de J.C.).

Já no II milênio a. J.C. as aldeias Valdivia possuíam um edificio religioso no qual se praticavam ritos agrícolas, como o da chuva. Exemplo da segunda etapa é o magnífico centro de Huaca Prieta, no vale de Chicama, ao norte de Trujillo (Perú), escavado por Junius Bird em 1946, que achou no montículo formado, sobretudo, por lixo, ao longo de mais de um milênio, com restos de umas 100 vivendas, de até 2500 a J.C., construídas com cantos rodados ligados com barro, associadas a um grande muro de contenção, posiblemente fruto de uma ação comunitária. Sua esplêndida situação junto ao mar, na boca do vale, permitia a exploração dos recursos marinhos e terrestres.

O notável avanço tecnológico que se aprecia nos materiais arqueológicos da Huaca (têxteis, cerâmicas, arte...) nos fala de uma clara tendência para a especialização de funções e do aparecimento de uma religião organizada, baseada num importante substrato mitológico. A técnica de construção das casas estava bastante desenvolvida: se construíram casas subterrâneas pequenas com um dos quartos quadrados ou ovais, aos quais se chegava por uma entrada pequena e baixa. No interior não se encontraram cozinhas, razão pela qual Bird deduziu que os trabalhos da cozinha realizavam-se na parte externa (BONAVÍA, 1991).

A importância de Huaca Prieta devia ser enorme: hoje se considera que, ao lado de Valdivia e possivelmente de outras correntes que vêm de México, teve que influenciar na iconografia de Chavín. Em Huaca Negra de Guañape, de aspecto muito similar a anterior, Salinas de Chao (Los Morteros), que é um assentamento formado por terraças de grandes dimensões com nove edifícios de plataformas, cercos e uma muralha dianteira, onde se vê um grande pátio central afundado (com uma datação problemática); Alto Salaverry (Vale de Moche), onde há um importante centro administrativo e plataformas associados às casas formadas por quartos pequenos; Las Aldas (Casma), que é um assentamento de finais do Pré-cerâmico situado em pleno deserto; Culebras (Vale das Culebras), considerado por alguns como a mais importante manifestação da arquitetura doméstica do período, assim como em outros centros parecidos estamos diante de casos similares. É desde aqui que devemos partir e fazer o caminho para o início do urbanismo na América Andina.

Em Aspero, no Vale de Supe, há um desenvolvimento urbanístico avançado de grande complexidade formal e também aí se levantou um grande centro. Sua construção começou pelos 2.600 a. de J.C. e completou-se em várias etapas, com seis grandes plataformas retangulares de até 10 ms. da altura, sendo colocado nas estruturas superiores de alvenaria decorada com nichos e frisos de massas de barro. O assentamento se expande em 13 ha. e nele se pode ver uma habilidosa planificação urbana desenvolvida em diversas fases. Os huacas de Los Sacrificios, da Idade dos Ídolos (com três fases construtivas) e Huaca Alta, são as mais notáveis do impressionante conjunto da costa central Peruana. Os edifícios foram construídos com blocos de pedra unidos com mortero de barro, ou com blocos irregulares entramados com barro. No Valle de Supe, o inédito assentamento de Piedra Parada é de características semelhantes a Aspero.

Na península de Paracas, ao sul de Lima, o grupo definido por Engel "Cabezas Largas" parece pertencer a outro tipo de população diferente, assentada ali desde os 3000 a. de J.C.; talvez grupos de agricultores que desceram da serra e alternaram suas atividades agrícolas com a depredação da costa. Seus assentamentos, não obstante, não começaram alcançar o nível de desenvolvimento que vimos em Huaca Prieta o Aspero.

No México assistimos a um processo de sedentarização de comunidades de produtores desde, pelo menos, o VI milênio a. de J.C., a partir do foco de Tehuacán. Porém no México central os primeiros assentamentos estáveis sobre solo fértil aparecem entre 3.000 e 1.000 a. de J.C., como vemos na plataforma circular de Cuicuilco (El Pedregal). Destes centros surgirão, antes de 500 a. de J.C., as primeiras sociedades urbanas do México central. Não sabemos a influência que este tipo de assentamentos pode haver tido mais ao sul do lago Nicaragua (PREM y DYCKERHOFF, 1986).

Fase Formativa (1800-500 a. J.C.)

Esta fase esteve caracterizada nos Andes por um longo período de desenvolvimento das técnicas agropecuárias. Aumentou o número de espécies cultivadas, se consolidou o sedentarismo e aumentaram o tamanho e o número dos assentamentos. Pode-se dizer que, ao redor de 1500 a. de J.C. já havia estabelecido uma agricultura de aldeia totalmente sedentarizada, baseada principalmente no cultivo de milho.

O panorama é especialmente interessante no Peru, onde se aprecia um repentino florescimento das sociedades de chefatura teocrática, que se manifesta, sobretudo, no desenvolvimento dos centros cerimoniais e na população concentrada em seus entornos. Os traços mais característicos deste processo são:

- Centros cerimoniais.
- Sociedades de chefaturas teocráticas estruturadas (poder político e religioso).
- Nova forma de governo.
- Diferenciação social (enterramentos diferenciados e de "status").
- Incremento da produção agrícola e excedentes de produção.
- Especialização regional da produção.
- Obras comunitárias com abundante mão de obra controlada.
- Sistemas de irrigação organizado.
- Especialização de funções.
- Desenvolvimento artístico.

As evidências de uma tendência para a concentração de riqueza e do poder em uma classe dominante de caráter teocrático são abundantes, a tal ponto que Ford denominou esta fase, em seu momento pleno, como "Formativa Teocrática" (Primeira fase. - Formativa colonial; Segunda fase. - Formativa Teocrática). Os centros cerimoniais quase sempre estavam cercados por aldeias de entre 20-30 casas, de modo que formavam grupos de população interdependentes, com sua sede central.

Dois pautas culturais indicam E. Service para este momento (SERVICE, 1984): Por um lado, o grande desenvolvimento do cultivo do milho, que permitiu o aumento progressivo da população; e por outro, o aperfeiçoamento de uma organização religiosa (quer dizer, uma pauta ideológica), que com o tempo, gerou uma organização política centralizada que se transformou numa força material tremendamente produtiva que, ademais, desenvolveu e expandiu sua própria ideologia. Até agora, o paradigma deste tipo de sociedade teocrática de chefatura é a cultura de Chavín, com seu centro melhor conhecido (embora talvez não o mais importante), Chavín de Huántar, onde está documentada a mais antiga orfebreria da América.

Chavín de Huántar teve seu apogeu entre 800 - 200 a. de J.C. e constituiu um importante complexo religioso, com uma monumental plataforma de pedra perfurada por corredores e por quartos, que lhe dão aspecto de favo de mel de abelhas.

Chavín não foi o único centro cerimonial deste tipo, já que na actualidade se

conhecem outros, de desigual importância arqueológica, nos que se inventaram e desenvolveram formas de culto religioso que serviram para perpetuar o poder das teocracias dominantes, consolidando-o. Com isto, controlavam a mão de obra para a construção de seus monumentos e estimulavam e controlavam o comércio e a distribuição, baseados em uma simbiose regional e, possivelmente, a potenciação e o controle dos sistemas de irrigação do calendário agrícola.

Disse-se que Chavín recolhe as idéias do norte do mundo Olmeca mexicano, embora L.G. Lumbreras considerasse Chavín como "uma cultura netamente andina" (LUMBRERAS, 1989). Os paralelismos estabelecidos entre Chavín e Tlatilco (Tacuba), situada a oeste de México D.F., seguem em plena discussão, sobretudo no que se refere às similitudes entre as figuras de Tlatilco denominadas do estilo olmeca "cara de niño" e algumas estilizações de Chavín, assim como os estabelecidos entre estas estilizações Chavín e outras de Monte Albán, fases I y II, que recordam também a escultura olmeca. Hoje, numa etapa de crise do Difusionismo, alguns autores preferem reconhecer certos paralelismos somente em alguns aspectos da tecnologia, arte, produtos e técnicas agrícolas, que logo se adaptaram às necessidades e condições locais, ainda que as formas sócio-políticas parecem estar mais relacionados com os problemas locais e poderiam ser originalmente Andinas. Também a arquitetura de Chavín pode ser comparada com a mexicana de Maxcanú (Yucatán) e Mitla (Oaxaca), com as que guarda muitos paralelismos, sobretudo na concepção de formas e soluções técnicas. Em todo caso, não pode relegar completamente a proposta de H.J. Spinden ao reconhecer um "Horizonte formativo interamericano", no qual estes paralelismos teriam sentido.

A influência Chavín em direção à periferia, que há poucos anos suscitava dúvidas nos especialistas, aparece hoje claramente definida em diversos aspectos e lugares: teve contatos com o mundo Olmeca e pré-zapoteca de Monte Albán (que foram estudados por N. Porter e M. Coe); com a cultura equatoriana de Chorrera, da qual pode receber algumas influências e se relacionou com Paracas, pelos anos 400 a.de J.C., influenciando nas suas primeiras fases (Fases de Paracas-Cavernas), para ser logo substituída pela influência Topará; recentemente se estuda a influência de Chavín nos vales de Pisco e Cañete, seguramente através de Paracas, já que em Chíncha aparecem têxteis decorados com motivos de estilo Chavín.

Existem assentamentos onde se verifica o impacto de Chavín em Batán Grande e Huaca Lucía (Valle de La Leche), Huaca Prieta (Valle de Chicama), Pucurí e Cerro Blanco (Valle de Nepeña), Mojeque (Valle de Casma), Sechin Alto (cujos relevos, os mesmos que os de Moxeque e Punkurí -Valle de Nepeña-, têm também paralelismos com os dançantes de Monte Albán, em México embora talvez sem contatos diretos, mas através de influências culturais ocasionais), Las Aldas, Ancón, Mina Perdida (Valle de Lurín)... e nos territórios serranos, como Pacopampa e La Copa (Cajamarca). entretanto, tanto Mojeque como Sechin Alto têm fases pré-Chavín.



2. Cabeça do deus jaguar na fachada do templo de Chavín de Huantar

Também no impressionante conjunto de Caballo Muerto (Valle de Moche) e La Huaca de los Reyes, situada num lugar central, há um templo em forma de U que parece ser outro dos grandes centros cerimoniais da fase Formativa (BONAVÍA, 1991).

Fase dos desenvolvimentos regionais (500 a. de J.C. - 700 d. J.C.)

Os desenvolvimentos regionais começaram de forma bastante uniforme nas diferentes áreas, a partir de um processo de sedimentação dos ganhos iniciais da fase precedente, desde a metade do primeiro Milênio a. de J.C., ainda que se deva indicar que os grupos da costa Sul Peruana parecem mais propensos às inovações, enquanto que os da costa Norte parecem mais propensos a manter as tradições anteriores, evidenciando um certo conservadorismo cultural. Entre os aspectos diferentes que, em geral, favoreceram o crescimento regional, agindo às vezes como motores da mudança, se destacam:

- A melhoria de nível tecnológico, especialmente nas aplicações para a agricultura e a metalurgia.
- O desenvolvimento dos sistemas de irrigação a grande escala.
- A melhora climática e o início de uma fase ambiental estável.
- O considerável aumento da população.
- Os contatos, mais freqüentes, entre os distintos grupos.
- O desenvolvimento das artes e o aparecimento de estilos regionais.
- O aumento do número e tamanho dos assentamentos.
- Aparecimento da cidade, como evidência física da vida urbana.
- O desenvolvimento das organizações militares.

- Os conflitos entre distintos grupos.
- O aparecimento de organizações estatais.

Alguns destes aspectos podem ser considerados, simultaneamente, causa e efeito, já que não é fácil elucidar e menos explicar a origem e as conseqüências dos fenômenos culturais com as notáveis diferenças regionais que se observam.

No caso do surgimento do Estado, por exemplo, a controvérsia continua aberta, porque, embora se diga que Wari é a primeira organização estatal verdadeira dos Andes, há quem afirme que os supostos estatais Wari já existiam em Chavín e, pelo contrário, aqueles que afirmam que Wari continua sendo, de fato, uma sociedade de chefatura teocrática. Tanto Service como Lanning sugeriram a idéia de que o Estado aparece na área Andina como resultado dos avanços tecnológicos que favoreceram a produção de excedentes agrícolas e, em conseqüência, o desenvolvimento de um modelo de sociedade estratificada, de maneira que o primitivo Estado Andino aparece como um verdadeiro "aparato repressivo", apoiado essencialmente numa classe social dominante que controla os meios de produção, o calendário e os cultos religiosos, apoiada por um braço armado que se encarrega da ordem interna e da expansão exterior. Neste contexto, teria sentido o surgimento das verdadeiras entidades urbanas. D. Bonavia sugeriu que nesta fase dos desenvolvimentos regionais a cidade "com estrutura urbana" aparece como expressão do urbanismo Andino. No entanto, Canziani, que utiliza a expressão "centros urbanos teocráticos", crê que os assentamentos são a "expressão física do modo de produção de uma particular sociedade", restando valor aos aspectos ideológicos ou tecnológicos e ressaltando mais os aspectos econômicos (CANCIANI, 1989).

A informação que temos deste estágio é impressionante principalmente a que procede da cerâmica e dos têxteis, que oferecem dados valiosíssimos. Por elas sabemos que nesta etapa os sistemas de irrigação alcançaram sua plenitude na maioria das regiões, que as tecnologias básicas estavam estabelecidas e que a população estava perto de seu máximo. Uma das organizações culturais mais notáveis desta fase é a civilização Moche ou Mochica, que obteve rapidamente a hegemonia sobre os vales do norte da Costa Peruana, para 200 d. de J.C. Moche poderia ser o verdadeiro começo do Estado na Costa Peruana, porque seu urbanismo e seus centros cerimoniais e de controle parecem próprios de um Estado, embora Service preferisse denominá-lo "sociedade de chefatura extensa". Quer dizer, o desenvolvimento urbano paralelo ao desenvolvimento institucional. Service, como antes o fez Isbell, observou que nos enterramentos moche apenas se percebem diferenças de status que podem ser interpretadas como características de uma estratificação social e da presença de uma minoria de líderes, próprias de uma sociedade estatal. Não obstante, os trabalhos arqueológicos posteriores às escavações de Moche e de Huaca del Sol puseram de manifesto a uma outra realidade bem diferente. Encontrar o impressionante Sipán, onde W. Alva escavou um excepcional enterramento de chefatura, nos trabalhos de 1985-88: o Senhor de Sipán, no meio de um complexo de especial interesse, Pampa Grande, que é o mais conhecido jazimento moche (BRANCO, 1992, p.229 - 236).



3. Reconstrução da tumba do "Señor de Sipán" (Lambayeque, Perú)

Embora a origem e o começo de Moche continuem criando bastantes problemas, parece que poderia estar nos vales de Moche e de Chicama (departamento de La Libertad), ao norte de Peru, em um ambiente bastante propício. É, essencialmente uma cultura costeira que se estende apenas por alguns territórios serranos, chegando pelo sul até o vale de Nepeña, difundindo-se desde aí para outros lugares. Seu final data do século VI d.de J.C., com a penetração Wari (na fase Moche V). O estado de Moche culmina nesta fase imperialista, a partir de 600 D. de J.C.

Esta situação costeira favoreceu seus contatos com outras organizações culturais. Se admitem determinados paralelismos entre os motivos decorativos entre a cerâmica original moche e a de México Ocidental de Colima e Nayarit, principalmente no que se refere às técnicas do retrato e às cenas da vida diária moldadas nas vasilhas de caráter funerário. Também a escultura moche é de origem Chavín, mantém determinada relação temática com a escultura olmeca mexicana.

Na costa norte de Peru existem pelo menos oito vales contíguos que parecem haver formado parte do que se definiu como "comunidade política mochica", que seria não somente uma grande sociedade de chefatura, se não um verdadeiro Estado. A população desta comunidade se calcula em aproximadamente 250.000 habitantes, embora também neste aspecto existam discrepâncias.

Em Moche as aldeias são já maiores e a tendência à especialização das funções de seus habitantes parece estar definitivamente configurada e no centro de controle dos vales, aparecem os grandes centros urbanos e cerimoniais, principalmente nos vales de Moche e de Chicama, onde se define um tipo de urbanismo estruturado por classes, a partir de 400 a. de J.C.

Um exemplo válido oferece o conjunto das huacas do Sol e da Lua, em Moche, aos pés do Monte Branco, perto da cidade atual de Trujillo. A Huaca do Sol é uma plataforma retangular impressionante, muito saqueada no tempo colonial e reduzida hoje a um terço de seu tamanho real, de aproximadamente 350 ms de comprimento, de 160 de largura e de 30 de altura. Está construída com aproximadamente 140 milhões de tijolos feitos com molde, o que o converte em uma obra comunitária de características incomuns, construído, talvez, como uma obrigação imposta, parecida a "*mita*" Inca. Sua construção teve diversas etapas, durante dois séculos: certamente uma fase prévia de Moche primitivo e depois de Moche médio e tardio; sua função era a de um grande centro ceremonial que se estendeu até Moche V, já com um forte componente Wari. A Huaca de La Luna, a meio quilômetro da anterior, é de menor tamanho e desempenhava funções de centro palacial-administrativo. Entre ambos, devia estender-se uma grande população em Moche, com residências domésticas e bairros nobres, que denotam uma elevada complexidade social e econômica (RODRIGUEZ ALPUCHE, 1986 y KUBLER, 1986).



4. Huaca del Sol, Moche.

No complexo de El Brujo (Valle de Chicama), uma equipe da universidade de Trujillo escavou um centro similar. E em Pacatnamu, Galindo, Pañamarca, Cerro Orejas... etc. Existem também restos do urbanismo moche e de suas obras de irrigação. É necessário enfatizar outras fases regionais, como aquelas de: Gallinazo, Nasca, Recuay, Lima e Cajamarca, onde o urbanismo se adapta ao meio, com notáveis diferenças regionais, mas com muitos elementos comuns, porém com uma estrutura urbana totalmente desenvolvida.

A fase Virú oferece também assentamentos similares a Moche, mas com as aldeias de exploração agropecuária de tipo "regular", planejadas e construídas simetricamente, talvez com um projeto procedente do poder central. Estas aldeias são um pouco mais tardias e geralmente possuem conjuntos residenciais geminados. Não

faltam os grandes centros urbanos, como aqueles do Valle de Virú. As tendências recentes na investigação começam a considerar que os Mochicas são a continuidade cultural dos Virú ou Gallinazo e conseqüentemente a idéia da conquista está posta. Quando os Moche conquistaram Virú não modificaram o modelo destas aldeias.

O momento do apogeu desta fase coincide, em geral, com a Época Clássica no México, quando se desenvolvem os principais centros urbanos na área (Monte Albán, fase IIIa ou zapoteca, Teotihuacán, Cholula, Xochicalco... etc., que se desenvolveram, principalmente, entre 100 a. de J.C. e 750 d. de J.C.). Então, Teotihuacán era o principal centro urbano de toda a América Central, com aproximadamente 85.000 habitantes entre 450 e 650 d. de J.C., de acordo com Millon (MILLON, 1981), exercendo uma influência notável para o sul, Guatemala (Caminaljuyú), e penetrando em Colômbia, Equador e norte de Peru. Sua influência imediata se documenta em Cholula, que apresenta a história continuada mais longa de México central, competindo inclusive com a própria Teotihuacán, do mesmo modo que Tajín.

O exemplo de Tiwanaku é diferente e espectacular. Em pleno Horizonte Médio, Tiawanaku é uma populosa cidade que se estendia no platô desértico da Bolívia, a 3842 ms da altura, como centro de peregrinação de toda a zona Andina, capaz de acolher aproximadamente 30.000 habitantes. Se trata do fenômeno urbano mais importante do sul dos Andes centrais, embora de fato se desconheça em detalhe sua seqüência construtiva, já que as poucas escavações arqueológicas ali desenvolvidas foram, até agora, insuficientes e se concentraram, principalmente, nos centros cerimoniais. A área urbana ocupa 350 ha., organizada em grandes unidades de edifícios, essencialmente de pedra, embora fossem feitos também de barro. Seus complexos religiosos de Akapana e de Kalasasaya, têm pátios em declive e diversas motivos de sua impressionante arquitetura de grandes blocos de pedra trabalhados, como as figuras aladas dos felinos, que aparecem igualmente pintadas na cerâmica e nos tecidos, o que denota sua importância religiosa (HYSKOPM, 1984).



5. Divindade da Puerta del Sol, complexo Kalasasaya de Tiawanaku

Seus precedentes poderiam estar em Chavín de Huántar (talvez, em última instância, no mundo olmeca mexicano) e têm paralelismos com as representações waris. A decoração da portada monolítica denominada Puerta del Sol de Tiwanaku, datada entre 500 e 900 d. de J.C., apresenta muitos paralelismos conceituais com Chavín. Este urbanismo de Tiwanaku, que de fato é o primeiro conjunto planejado da América do Sul, se separa do modelo costeiro Peruano, já que o meio é muito diferente, e uma das preocupações de seus líderes era o programa da recuperação de terras cultiváveis, em um meio adverso para a agricultura. Porém Tiwanaku chegou a ser um grande centro político, religioso e administrativo, principalmente por sua situação estratégica, e, mais, que por sua capacidade para intensificar sua própria produção, circunstância esta que parece compartilhar com Wari. Sua influência, embora tenha durado pouco, põe por primeira vez em relação às terras altas com os vales costeiros, que deviam ser políticas, além de econômicas. Mas alguns aspectos da posterior organização Inca parecem ter seus precedentes no mundo complexo de Tiwanaku, ao qual poderíamos talvez denominar "proto-imperial".

O estado Wari (ou Huari) é também um modelo de terras altas, como o de Tiwanaku, embora apresente uma trajetória diferente, original nos Andes Centrais. Talvez Wari fuera o primeiro centro político que combinou a centralização da sociedade de chefatura teocrática com o comércio, graças as rotas comerciais permanentemente vigiadas devido a sua bem organizada potência militar. Era o militarismo Wari, muito típico das terras altas andinas, como observamos em Tiwanaku e mais tarde observaremos nos Incas, quem terminou com o Estado Moche, durante o século VIII d. de J.C., embora em datas recentes de Pampas Grande e Galindo, entre 650 e 750 D. de J.C., apontam mais para o séculoVII d. de J.C. (BONAVÍA,1991). O conhecimento de Wari apoiou-se, principalmente, nos dados aportados por dois sitios (depósitos): Conchopata e Wari (Ayacucho).

Wari é uma entidade superior perfeitamente organizada em uma área com recursos agrícolas muito limitados, mas com uma marcada estratificação social. A evolução de Wari para um aparato estatal bem estruturado apoiado em uma organização política centralizada, terminará em um estágio que poderíamos chamar de imperial. Isbell definiu a Wari como "o primeiro estado do Andes Centrais". A cidade wari foi um dos instrumentos de conquista e prova de poder, manejado com grande habilidade. A tendência urbanística de wari foi a secularização, por meio do planejamento estatal. É então quando são abandonados os antigos centros cerimoniais e aparecem as novas cidades, construídas sob a influência do modelo Wari e concebidas a partir de um minucioso plano urbanístico, como parecem demonstrar alguns centros do tipo de Cuzco, de Viracochapampa, de Taipi, de Incaqay (Huanta), de Jarganpata (vale de San Miguel), de Jincamocco (Lucanas), mesmo de centros rurais, como essa de Tunasniyoq (vale de Totorá) e de grandes cidades, como Chan-Chan, em sua fase inicial Wari, precedentes às fases Moche e ao Inca.

Seus centros urbanos estão comunicados por uma extensa rede de estradas, que supõe a base da posterior rede de comunicações Inca. Na verdade, Wari termina em uma fase final de marcados sinais imperialistas, que alcança sua expansão máximo entre

680 - 770 d. de J.C., chegando até Cajamarca pelo norte e Arequipa pelo sul. É possível que o urbanismo Wari tivesse nascido nos Andes centrais e não procedesse de Tiwanaku. O escasso conhecimento de Tiwanaku impede adotar uma posição definitiva neste sentido.

Fase dos grandes estados regionais e imperiais (700 - 1.500 d. de J.C.)

O processo de urbanização da sociedade se foi consolidando na área Andina, a partir da fase dos desenvolvimentos regionais. No apogeu destas, quando acontecerem, nos grandes estados (etapa precedente à época do Império Inca), a civilização de Chimú consolidou-se nas terras da costa norte de Peru, de 700 d. de J.C. até sua derrota pelos Incas, em 1476 d. de J.C. O segredo da eficácia do Estado de Chimú estava em uma sólida estrutura social, em uma política colonial eficiente, em uma boa rede de comunicações e em uma eficaz exploração dos recursos naturais, tudo controlado a partir dos grandes centros de poder, que simultaneamente eram os centros administrativos, cujo paradigma urbano é Chan Chan, o capital chimú do vale do Moche, antigo centro Wari.

Pelos idos de 1200. d. de J.C. Chan Chan era um grande centro urbano com mais de 50.000 habitantes, que se estendia junto à costa do Pacífico, nos arredores da atual Trujillo, em aproximadamente 24 km². Seu valor chamou a atenção dos conquistadores espanhóis.

Em Chan Chan se definiram 10 grandes recintos cerimoniais, todos eles de planta retangular orientada no sentido norte-sul; o maior deles é o denominado recinto Gran Chimú, que possui 22,1 ha.. Ademais, em torno dos recintos sagrados existem amplas zonas administrativas e de população, com divisões cuidadosamente tabicadas, com depósitos para produtos agrícolas, fábricas de artesãos, jardins, cemitérios e centros cerimoniais, protegidos por impressionantes paredes de muralhas. A técnica construtiva mais freqüente é a fábrica de adobe (barro) sobre simento pétreo (RAVINES, 1980).

Este modelo urbano de Chan Chan é o que nós vemos difundido pelo restante do território chimú, embora com menos espetacularidade. A política desenvolvida pelos governantes do Reino Chimor era a de construir cidades nas zonas conquistadas, a fim de que atuassem como centros de controle do estado, tanto para assuntos militares como econômicos. Devido a este controle, podiam arrecadar um elevado imposto sobre a produção agrícola e sobre os objetos elaborados, ou os têxteis, produtos metálicos, ou a cerveja de milho, extremamente popular entre os chimúes. Este tipo de controle a seguir foi adotado pelos conquistadores incas, que longe de destruir a infra-estrutura chimú, a conservou e a utilizou.



6. Vista aérea dos complexos palaciais de Chan Chan

A tendência chimú ao expansionismo, assim como o aumento dos conflitos e o aumento demográfico, fizeram com que as populações evoluíssem para um modelo defensivo de maior tamanho. Mas, esta evolução também se justifica pela necessidade de proteger muitos territórios conquistados e uma economia cada vez mais complexa, já que havia que alimentar um número maior de habitantes e coordenar suas especialidades e atividades. O caráter urbano da sociedade chimú poderia ter-se convertido na força motriz do processo do crescimento.

O mundo Chimú foi absorvido pelo Imperio Inca, surgido de um Grupo Andino do qual pouco se sabe: unicamente que na metade do século XIII era um grupo tribal que ocupava somente uma porção da bacia do rio Cuzco e que a partir do século XV obtiveram uma organização estatal. Não obstante, prontamente se expandiram por todas as partes, devido a seu militarismo crescente, de modo que entre 1493-1525 ocuparam uma superfície de 3.500 quilômetros de comprimento, estendendo-se para o interior em uma média de 320 quilômetros a partir da costa do Pacífico. Esta extensa área poderia permanecer enquanto um estado sólidamente constituído graças a uma eficiente infra-estrutura, a sua perfeita organização militar e política, a sua esplêndida rede viária (herdada parcialmente de Wari), que alcançou aproximadamente 40.000 km. Assinalados por mais de 1000 tambos ou pousadas. Acrescente-se a isto uma diversificada técnica de exploração do meio, que podia converter em produtivas zonas aparentemente impossíveis de cultivar (ROSTOROWSKI, 1988).

As operações agropecuárias ou industriais se controlavam minuciosamente por meio de centros administrativos distribuídos por todo o território, às vezes protegidos por forças militares ou destacamentos de soldados. Os centros de armazenamento e distribuição encontravam-se próximos às áreas de produção, como pode-se observar no Pampa Huanuco, que eram um depósito regional capaz de armazenar 36 milhões de litros de cereais. A Fortaleza de Ungara, a cidade de Incawasi e o povoado de Chontay podem servir como exemplos para este tipo de assentamentos. Parece surpreendente

que este aparato estatal não contasse com a escrita como meio de controle administrativo.

A capital do império era Cuzco, metrópolis em 1438. Outros centros do império estavam situados nas cidades conquistadas, Manchán, no vale de Casma e de Túcume, em Lambayeque; o caso de Chan Chan, ao norte, é mais emblemático, porém, os incas se espalharam por terras equatorianas, como vemos em Pucara de Rumicucho, perto de Quito. Não obstante, a conhecida Machu Pichu, no coração dos Andes Peruanos, não era mais do que uma pequena cidade situada sobre uma montanha em forma de "espollón" cercada pelo rio Urubamba que causa hoje, grande impressão principalmente por haver permanecido conservados devido à sua recôndita situação, não devia ter excessiva importância como centro de população, mas sim como cidade sagrada. Mas nela nós podemos seguir muitos dos detalhes do urbanismo Inca (BINGHAM, 1964).



7. Machu Picchu, vista geral.

Inumeráveis centros menores de população se distribuíram por todas as partes, usando os recursos dos vales, lá onde estes ofereciam possibilidades de exploração, ou planejando sistemas engenhosos para a exploração agrícola, lá onde o meio era adverso e de escassez de água, como observamos nas Lomas de Malanche, perto de Pachacamac, em que um grupo de assentamentos exploravam as ladeiras que eram fertilizadas pela umidade das nuvens baixas (MUJICA, 1987).

Em outros territórios da América do Sul, tão amplos quanto Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina Riopratense (não Andina), se apreciam processos de complexidade social muito baixas, embora seja necessário diferenciar os distintos ambientes, já que o meio marca pautas muito acusadas. Os grupos humanos foram desenvolvendo-se sobre nichos ecológicos muito variados, todos ricos em recursos, o que justifica a variedade de utensílios usados: pedra, osso, madeira, raízes, fibras, sem ter ainda o domínio das técnicas metalúrgicas. Eram, geralmente, grupos

independentes, com movimentos migratórios e enfrentamentos pelo domínio das regiões mais férteis.

Nos territórios do sul da costa Atlântica Brasileira o processo de transição para uma economia de produção começa entre 3500 e 2000. a. de J.C. e seus primeiros resultados são apreciados na tradição Vieira, em uma atmosfera de lugares húmidos ("*marjales*") e lagoas, onde eram freqüentes os pequenos assentamentos sobre montículos, de populações da origem Andina, Colombiana e da Amazônia Central. Pelos 3100 a. de J.C. aparecem as primeiras cerâmicas nos basureros de Guyana e na desembocadura do Amazonas. Com datações posteriores se detecta na região Brasileira de Santarém, o aparecimento de diversos estilos cerâmicos associados às populações que cultivam a mandioca e o milho, já no segundo milênio a. de J.C., introduzidos possivelmente das áreas Andinas. A tradição Taquara das planícies centrais, também desenvolveu um tipo de casa escavada na terra. Nas zonas altas do sul se assentaram diferentes grupos que se agrupavam em povoados formados por casas subterrâneas, formadas por buracos de planta oval ou circular cobertos com teto linha suportado por um poste central. Dessa forma, se protegiam dos ventos frios dominantes. Formavam grupos de três a seis casas, que às vezes comunicavam-se por meio de galerias. Usaram os recursos das zonas arborizadas do sul e praticaram uma agricultura básica de milho e abóbora, que alternaram com as práticas de caça e pesca, desenvolveram um bom ajuar doméstico no qual sobressaem a cerâmica e a indústria lítica polimentada. Sua cronologia se estende de 1800 a. de J.C. até a conquista Portuguesa e os sítios melhor conhecidos se localizam na região de São Paulo, onde se conhecem povoados com mais de cem estruturas.

Um outro grupo costeiro foi o dos Aratu, do noroeste, que praticavam o ritual fúnebre de enterramento em urnas. Os assentamentos em montes apareceram também nas zonas da bacia do rio Amazonas Boliviano e no curso médio do Orinoco.

Não obstante, o grupo mais desenvolvido será o dos Tupinambá, que ocupou a costa ao norte da atual Bahia, centrando-se na região de Sauípe. Eram povos que vinham da bacia do rio Amazonas que cultivavam mandioca doce e amarga, milho, batata doce, algodão, amendoim e tabaco. Em suas pequenas aldeias, bem conhecidas na região de Sauípe (Bahia), é freqüente encontrar elementos de moenda e cerâmica lisa pintada e pintados policrômicos, com cores vermelhas e negras sobre fundo branco, reproduzindo insistentes motivos geométricos. O jazimento da duna de Sauípe é o mais importante dos encontrados até hoje. Nele está bem documentada a vida aldeã deste grupo, assim como seu complexo ritual funerário, próprio de uma sociedade hierarquizada. Os Tupinambá terminaram ocupando grande parte da costa Brasileira, por meio de uma expansão fluvial, assentando-se principalmente nas zonas úmidas e pântanos, porque se moviam bem com suas canoas de madeira, em uma atmosfera tropical. Os conquistadores Portugueses lhes chamaram de "povos das águas" e os conheciam pelo nome de Tupis. A posterior tradição Tupi-Guaraní, que se iniciaria nos primeiros séculos de nossa era, desenvolveu-se nas regiões do Paraná Ocidental, estendendo-se pelo leste e pelo nordeste da Argentina, do Paraguai, do Brasil e de parte da Bolívia, praticamente do sul do Amazonas até as ladeiras dos Andes.

Uma das áreas onde melhor estudaram-se estes grupos da tradição Tupi-guarani está no estado Brasileiro do Rio Grande do Sul, onde os Centros de Pesquisas Arqueológicas das universidades de Santa Cruz do Sul (CEPA) e de Santa María (NEP) escavaram diversos assentamentos (KLANT, 2005, e SOARES de RAMOS, 2005). Trata-se, geralmente de pequenas aldeias situadas às margens dos grandes cursos fluviais, com choças construídas com o material líneo, que periodicamente mudam de posição, após a sobreexploração da terra circunvizinha. Desta forma se estabelece um padrão de assentamento itinerante que nunca chegou a gerar um modelo do proto-urbano comparável a outras áreas Sul Americanas (BORGES PESTANA, 2007). Um bom exemplo deste sistema de exploração do meio se encontra no sítio Luis Favaretto (município de Bento Gonçalves), de tradição Tupi-guarani e com datação absoluta de 1470 A.D., estudado recentemente por A. J. Machado (MACHADO, 2007). Não obstante, também seguem encontrando-se pequenos assentamentos sobre montículos ou próximos a sambaquis costeiros ou lacustres, assim como em amplos abrigos rochosos, situados igualmente ao lado dos cursos fluviais, como Gruta Viapiana (Nova Roma do Sul), ou Gruta Garibaldina (Nova Pádua), situadas na margem direita do Rio da Prata (Rio Grande do Sul). Estes grupos humanos, que falavam Tupi e Guaraní, chegaram até a época da conquista européia, a partir de 1500, quando o português Pedro Alvarez Cabral desembarcou na região de Porto Seguro, ao sul da Bahia, e ainda sobrevivem atualmente em amplas regiões, especialmente no Paraguai, onde o Guaraní é a segunda língua oficial do país.



8. Gruta Garibaldina (Nova Pádua do Sul, Brasil)

Também as tradições culturais da bacia do rio Amazonas, onde se desenvolveram diversos grupos culturais que falavam diferentes línguas, são agora melhor conhecidas (CURTENIUS ROOSEVELT, 1992). Entre elas destacam-se, principalmente a cultura Marajoara, identificada pela primeira vez na Ilha de Marajó, onde o povoado de Teso dos Bichos que teria sua plenitude entre 400 a. de J.C. e 1300 d. de J.C., é o assentamento mais conhecido. Trata-se de um povoado de perímetro oval, fortificado com taludes de terra, em que se levantaram 20 cabanas situadas em torno de um espaço ou praça central. Os materiais arqueológicos que

mais se destacam são as cerâmicas talhadas de estilo "*raiadas em zonas*", datadas na última fase do povoado (fase de Ananatuba), para 1400 d. de J.C. Muitas destas cerâmicas são produções locais, elaboradas em fornos identificados no povoado, outras possuem relação com a cerâmica de Javará, de possível origem Colombiana.

No Orinoco médio, onde a primeira cerâmica está datada em 3600 a. de J.C. a Cultura Salao se estende até Venezuela. No delta deste rio se identificou o estilo cerâmico de Barrancoi, datado em 1000 a. de J.C.

Mato Grosso foi habitado por pequenos grupos de caçadores, pescadores e recoletores, bem adaptados ao meio. Ocuparam os "aterros", elevações no meio de zonas pantanosas, e também praticaram o ritual funerário de enterramento em urnas, chegando a desenvolver belas tradições decorativas em cerâmica. A área mais conhecida é a do Pantanal de Cáceres (em Mato Grosso), onde se situam os sítios (depósitos) de Corumbá e Ladarío, cujos começos estão datados nos 2000 a. de J.C., desenvolvendo-se até a conquista Portuguesa. Estes grupos se expandiram pelo sistema fluvial dos rios Paraguai e Paraná, chegando até o Rio da Prata, ao sul, e pelo interior, até o Grande Chaco, cenário de diversas tradições culturais.

Nos territórios do atual Uruguai, após o Arcaico documentado em Cabo Polonio (V milênio a. de J.C.) e de Índia Morta (região de Rocha), as populações indígenas moveram-se para o litoral e as terras baixas. A manifestação mais notável das populações dos caçadores e dos recoletores serão as estruturas tumuliformes, que então iniciam uma longa tradição (FENENÍAS, F., LOPEZ, J.M., BRACCO, R., GOATHERD, L., CURBELO, C., FUSCO, N. E MARTINEZ, E., 1990). Desde o Formativo se identifica uma tendência à concentração destes túmulos, denominados no Uruguai "cerritos de índios", que indicam o início das sociedades complexas em terras ribeirinhas do Rio da Prata. Estes túmulos, de caráter essencialmente funerário, chegaram a formar grandes concentrações nas zonas próximas aos lugares de habitação. Os grupos mais notáveis concentram-se nos arredores da lagoa de Nerín (Rocha) e na Serra de San Miguel, sendo uma tradição que compartilha amplas extensões do sul do Brasil. Seu elevado número e dispersão demonstram uma alta densidade populacional e sua diversidade de formas e tamanhos, uma evidente hierarquização social.

A maioria destas organizações culturais se encontra no primeiro milênio a. de J.C. em uma fase pré-urbana que não evolucionará para formas mais complexas até a entrada do tempo colonial. Com exceção do grupo Marajoara, que até o século XIV d. de J.C., alcança um certo desenvolvimento que o situa ao nível das sociedades complexas da área Andina.

Previamente expostas estas idéias, e selecionando entre elas alguns pontos de reflexão, em minha opinião os mais interessantes para um debate, podemos concluir afirmando:

1 - A tendência à urbanização da sociedade na América Andina se observa claramente desde o Período Formativo.

2 - Este processo segue umas pautas semelhantes às que se desenvolveram em Mesoamérica e especialmente em México, onde algumas influências chegaram a apreciar-se na arquitetura e na arte.

3 – O urbanismo foi um mecanismo de expansão e de controle de idéias religiosas, políticas e econômicas.

4 - Até a época Inca, a cidade foi um centro administrativo que, desde seu poder, controlava os recursos, mas existia também uma população dispersa.

5 – Na América Andina o urbanismo desempenhou o papel de instrumento de conquista e prova de poder, que se manejou com uma política bem definida, como vemos em Moche, Wari e Inca.

6 - Era sempre um urbanismo prático, que compreendeu os condicionamentos do meio, na serra montanhosa ou na costa, e se adaptou a ele. No processo se pode observar o uso racional dos recursos do entorno.

7 - Neste sentido, o urbanismo Andino, como o Mesoamericano, é uma expressão física de determinados modos de exploração do meio.

8 - O urbanismo Wari pôde proceder dos Andes Centrais e sua tendência foi de permanecer.

9 – Desde a época Mochica, se aprecia uma elevada planificação urbanística.

10 - Este urbanismo ajustou-se às características regionais, ocorrendo variantes em seus modelos.

11 - Em outras áreas alheias ao desenvolvimento ou influência do mundo Andino, o processo foi diferente, mais tardio e adaptado aos distintos nichos ecológicos, embora sem chegar, em nenhum caso, a culminar em processos formativos de entidades urbanas e, muito menos estatais.

12 - A conquista européia supôs uma mudança drástica de todos estes modelos, com resultados contraditórios e diversos.

Em 1983 A.S. Keene e J.A. Moore analisaram o desenvolvimento dos estudos sobre as origens da vida urbana e do Estado e estabeleceram a existência de determinadas fases que devemos distinguir no período de vida dos modelos arqueológicos (KEENE y MOORE, 1983).

Todos estes modelos passaram pelas seguintes fases: 1) a descoberta de um novo modelo, 2) a rápida difusão do mesmo, verificando sua validade em um número de fenômenos e áreas de investigação, 3) a compreensão de que se ajusta a um número menor de casos do que os esperados e que é menos válido do que inicialmente pensado, 4) o refinamento do modelo e seu enfoque para os fenômenos para os quais parece mais apropriado, 5) aceitação e uso do modelo, quase sem maiores dúvidas, como um dogma para o desenvolvimento de futuros modelos, 6) a incerteza crescente sobre se o modelo foi tão eficaz quanto dele se dizia, e 7) o reemplazamento do modelo por um outro novo e, em teoria, de maior alcance e confiabilidade.

Após manejar todas estas idéias podemos concluir que a vida urbana, isto é, um modelo da vida baseado em uma forma coletiva de adaptação ao meio por meio de um processo de organização social, é produto histórico da acumulação de experiências que se apresentam como formas de prática social. Melhor dizendo, que o essencial é, como o dizia Toynbee, “que os habitantes da cidade constituem de fato uma verdadeira comunidade” (TOYNBEE, 1985, p.32) e desenvolvem, pelo menos, os rudimentos da

alma do cidadão. E não é possível reduzir o conceito de urbanismo nem aos meros objetos urbanos, nem ao somatório de funções especializadas, nem à um conjunto de instituições isoladas, já que a cidade, resultado “de uma diversidade de condutas e atitudes” (RONCAYOLO, 1988, p.49) requer precisamente a compreensão desde a diversidade, contemplando múltiplos fatores que se apresentam como resultados da plural conduta humana, na qual, embora seja possível definir atitudes primordiais, estas não são senão o resultado de necessidades ocasionais que nem sempre definem o fator humano. De fato, muitas das características diagnósticas mencionadas podem ter existido nas diferentes sociedades urbanas históricas, mas não necessariamente em todas elas. A evolução interna de cada área geográfica marca uma peculiar trajetória para cada uma, de modo que, embora possam ser definidos paralelismos freqüentes, a diversidade histórica produz, forçosamente, a diversidade organizativa e cada circunstância propicia resultados específicos. De igual modo a mentalidade do habitante urbano, conformada por crenças, costumes e atitudes, configura determinadas formas de entender a vida cidadã, desde o povoado defensivo Calcolítico, à “civitas” romana por excelência ou a introvertida medina islâmica, na qual cada casa é um santuário, de acordo com os preceitos corânicos. Desta forma, a cidade ou o povoado são em boa medida reflexos materiais da mentalidade de seus habitantes. Não é o urbanismo físico que modela o caráter do homem, mas o homem, quem consciente ou inconscientemente, configura um determinado tipo de habitat, adequando-o às suas necessidades, sua economia, a seu mundo de relações, inclusive às suas crenças. Por isso o urbanismo e a vida urbana adotam tantas variantes como as diversas motivações que dão forma às culturas, de modo que não seja possível referir-se a um único modelo, nem sequer às características definidas embora estas se repitam em diferentes partes do mundo, já que a adequação às próprias necessidades produz resultados bastante diferentes e inclusive contraditórios.

Parece claro que a cidade requer elementos básicos para sua definição no tempo e no espaço, tal como a concentração da população, a comunidade de assentamento e a conjunção das atividades, a organização (quer dizer, a ordenação) consciente da sociedade, o estabelecimento de normas compartilhadas, a ordenação do território... etc., o que implica uma tarefa coletiva que compromete por igual a todos os “cidadãos” que habitam o lugar. E aqui surge, como resultado imediato do esforço coletivo, um efeito multiplicador que, simultaneamente potencia à população, e a projeta para além de seu próprio limites físicos colocando-a em relação direta com o espaço que a cerca e reforçando um mundo de relações que afetam a todos os aspectos da vida urbana.

Assim, as cidades mostrarão uma tendência a criar uma rede circunvizinha de estabelecimentos subsidiários, em um território relativamente próximo e de fácil controle, com a finalidade de assegurar seu próprio abastecimento, e ao mesmo tempo garantir o dos centros periféricos, já que a urbe terminará desempenhando o papel de núcleo principal de uma comunidade mais ampla. Isto foi demonstrado para a Idade de Ferro européia por O.Büchschütz, que analisou os sistemas de exploração agrária da época céltica e constatou como as fazendas isoladas, as vilas pequenas e os povoados coexistem e dividem o território, especializando-se em determinadas formas de produção. Dessa maneira o habitat dispersa-se nos lugares da produção, ao tempo que reagrupam-se nos lugares de intercâmbio (BÜCHSCHÜTZ, 1984, p.210).

Esta sucessão de causa-efeito não parece ser forçadamente consciente, quer dizer, previamente planejada. Basta com que o centro urbano desenvolva seus próprio mecanismos dinâmicos e se estabeleça um comportamento quase o mecânico no qual o abastecimento, as atividades especializadas, o comércio, inclusive as idéias e os sentimentos, joguem seu papel como agentes do que L.Binford chamou "dinâmica organizada", proporcionando-lhe ao enclave uma identidade, que às vezes possa ser caracterizada por uma atividade específica, que o defina em seu próprio espaço.

A cidade irá conformando-se através do tempo como resultado natural dessa dinâmica organizada, tanto interna quanto externamente, definindo espaços físicos como elementos significativos de sua configuração social, distribuindo suas estruturas de acordo com as pautas de conduta estabelecidos por seus habitantes, considerando fatores diversos, impostos geralmente por suas próprias necessidades, os meios e as formas de produção. Na maioria dos casos estas circunstâncias propiciam um padrão específico de assentamento que, de certo modo, é conseqüência de um determinado modelo social e não unicamente de uma mera adaptação ao território, como acredita E.Lampard (LAMPARD, 1965).

É aceitável, não obstante, que em determinados níveis de desenvolvimento da sociedade, ou em territórios especialmente propícios a uma modalidade concreta de exploração (território e função), estas circunstâncias favoreçam a um padrão especializado que conduz a uma determinada forma organizativa, refletida na expressão física da configuração urbana. A cidade assim, como expressão viva do modelo urbano, transforma-se no fiel reflexo da personalidade de seus habitantes e seu aspecto externo não é mais do que o resultado do desenvolvimento de sua organização, que tem no espaço e no tempo sua projeção de tamanho e de permanência, como qualidades definitórias. Os habitantes urbanos, conscientes de que este modelo social requer cada vez maior organização e uma progressiva especialização, adaptam-se a um sistema de contínuas incitações que vão aumentando o caráter de coletivização ao mesmo tempo que aumentam as diferenças entre a vida campesina e a vida do cidadão. E embora esta crescente diferença não suponha, de modo algum, a ruptura com o meio rural, porque existe uma ligação necessária de interdependência, a urbe excede o nível primário da dependência e com sua diversidade de funções transforma-se no mais alto grau dos sistemas de subsistência, porque aglutina em si mesma os interesses dos grupos e dos núcleos circundantes. Este sistema de relações aparece como fruto do desenvolvimento urbano em diversas partes do mundo, incluída Europa proto-histórica e Europa da Idade do Bronze.

Ao mesmo tempo, que a urbe adapta-se à variedade humana que aglutina, não mistura seus habitantes, mas divide-os em grupos atendendo as diversas origens, trabalhos e posições, assim oferecendo seu próprio esquema de estrutura social, em que existe uma clara diferenciação "vertical", pela diversidade dentro de uma mesma classe, e, simultaneamente, uma estratificação "horizontal", pela diferença entre diferentes classes ou pelo variado rango social.

A diversidade das áreas urbanas, das casas ou da situação com respeito aos lugares de privilégio, assim como a clara diferenciação dos *ajuares* nas necrópolis, são dados geralmente constatados do ponto de vista arqueológico na proto-história, do mundo antigo e da Idade Média. E ainda caberia falar da diversificação de outros

fatores, como a religião, a condição política ou a classe laboral, por exemplo, já que não é uma casualidade que quanto mais avançado é o grau de urbanização de uma sociedade, mais elevado é o grau de diferenciação e mais variados os fatores que a produzem, porque o incremento de serviços e especialistas provoca uma demanda natural de "funcionários" e artesãos que tendem a agrupar-se em categorias sociais cada vez mais e mais estáveis, de acordo com sua função no espaço urbano, ocorrendo então um efeito multiplicador que aumenta a demanda de bens de consumo e, conseqüentemente, do dinamismo urbano, que resulta em todos os aspectos da vida do centro: economia, comércio, produção, aumento da população, assistência, defesa... etc.

Como o centro de atração, a urbe oferece ademais, um elevado grau de segurança a seus habitantes e a possibilidade de encontrar mais facilidades para suas realizações pessoais. A segurança é reforçada pela criação de instituições defensivas e de controle, dentro do processo da formação de um sistema legal e de um governo capazes de coordenar não somente a seus próprios habitantes mais além, aos núcleos circunvizinhos que lhe fornecem alimentos. Estas instituições dirigirão também os grandes projetos cooperativos: as obras públicas, saneamento, armazenamento de excedentes públicos, irrigação... etc.

Não obstante, apesar dos fatores comuns que estão identificados nas primeiras cidades, cada uma poderia oferecer elementos diferenciadores, uma vez que todas eram diferente e estavam condicionadas pelas circunstâncias locais que, de fato, variavam de uma a outra. Isto quer dizer, em grandes traços, que os fatores comuns podem responder a uma similaridade de respostas culturais a problemas similares e, além disso, reforça a idéia que a origem do urbanismo não é necessário procurar somente nos antigos núcleos do mundo oriental sobre os quais numerosos investigadores centraram seu interesse durante muitos anos, devido a espetacularidade de suas evidências arqueológicas, dando como verdadeiros o fato de que, desde as teses Difusionistas, a idéia urbana expandiu-se dali a outros lugares.

Talvez hoje seja mais adequado pensar que a urbanização da sociedade é um fenômeno cultural que, como a agricultura, a tecnologia ou a religião, apareceu em partes diferentes do mundo, sob diferentes formas secundárias, ainda que em resposta a estímulos semelhantes. Este processo, que geralmente vai estreitamente ligado ao processo tecnológico, germinou em Europa, ao mesmo tempo que o desenvolvimento da metalurgia, no zênite da Idade do Bronze, para alcançar já sua fase de plenitude na Idade do Ferro, com o estímulo de grupos culturais mais desenvolvidos. O mundo clássico suportará um processo de afirmação e de aperfeiçoamento da vida urbana, que projetar-se-á durante todo o Medievo, superando a crise da Alta Idade Média, em que a vida urbana caiu sobre si mesma e perdeu uma parte boa dos lucros obtidos, para renascer outra vez na plenitude do século XIII, da mão da "revolução mercantil" e do desenvolvimento do comércio, após vários séculos de letargia. Desde então, sua progressão foi constante, embora passando certos momentos críticos.

Ainda não sabemos o final do processo histórico, já que as sociedades urbanas do mundo atual, na opinião de alguns, caminha para um estágio do "superurbanização", ao qual já se referia K.E. Boulding com o nome de "pós-civilização" em seu trabalho "The Death of the City" (1961). Talvez então a própria cidade, como materialização da idéia de urbanismo, deixe de ter significado e

transforme-se um "núcleo residual" dentro de um padrão disseminado que inclua subúrbios e áreas exurbanas, encurtando a distância entre a vida rural e a vida do cidadão (que cada vez é menor), em um processo inverso ao desenvolvido até agora.

Talvez convenha meditar sobre as palavras de E. Adamson Hoebel, quando diz que "um novo nível de organização social está começando a formar-se. Muitas das velhas instituições da civilização estão sendo destruídas" (HOEBEL, 1973, p.533). A cidade poderia ser uma delas.

Considerations on the origin and development of urbanism and the urban life model (the models of South America)

ABSTRACT

In this work we assess the urbanization process of society in South America, with a focus on the Andean Area and a special emphasis on the novelties recently recovered by the archaeological works carried out in Peru, Ecuador and Bolivia, and in the southern regions of Argentina, Uruguay and Brazil, where Archaeology has also recovered valuable evidence.

Keywords: Town Planning, Archaeology, Urban Life, State

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, R. Mc. C.: *The Evolution of Urban Society: Early Mesopotamia and Prehispanic Mexico*. Aldine, Chicago, 1966.

- Patterns of Urbanization in Early Southern Mesopotamia", en Ucko, P. J.; Tringham, R.; Dimbley, G. (eds.): *Man, Settlement and Urbanism*. Duckworth, London, 1972.

- El origen de las ciudades, en *Selecciones de Scientific American (Biología y Cultura)*. Ed. Blume, Madrid, 1975, págs. 229-236.

ADANSON HOEBEL, E.: *Antropología*; Ed. Omega; Barcelona, 1973.

ALVA, W.: "El último gran descubrimiento precolombino: en la tumba del tesoro", *Muy Interesante*, nº. 132, Mayo, 1992, pag. 19-32.

- *Sipán*; Col. Cultura y Arte del Perú; Lima, 1994.

BALIL, A.: *Casa y urbanismo en la España Antigua*, I, *Studia Archaeologica*, 17. Seminario de Arqueología de la Universidad de Santiago de Compostela, 1972.

- *Casa y urbanismo en la España Antigua*, II, *Studia Archaeologica*, 18. Seminario de Arqueología de la Universidad de Santiago de Compostela, 1972.

BINGHAM, H.- *La ciudad perdida de los incas. Historia de Machu Picchu y sus constructores*, 4ª ed. Zig Zag. Santiago de Chile, 1964.

- BRAIDWOOD, R. J.; GORDON, R. W.: *Courses Toward Urban Life*. Alfine Publishing Co., Chicago, 1962.
- BRINTON, C.- Versión en español: *Anatomía de la Revolución*, Aguilar, Madrid, 1962-
- BONAVÍA, D.- *Perú: Hombre e Historia. De los orígenes al siglo XV*, Vol. I, Lima, 1991.
- BORGES PESTANA, M.- "*A tradição tupiguarani na porção central da planície costeira do RioGrande do Sul, Brasil*" Tesis para obtenção do grau de Mestre em História na área de Estudos Históricos Latino-Americanos, São Leopoldo, março de 2007.
- BOSERUP, E.- *The conditions of agricultural growth. The economics of agrarian change under population pressure*. Aldine Publishing Company, Chicago, 1965.
- CANCIANI, J.- *Asentamientos humanos y formaciones sociales en la costa norte del antiguo Perú*, INDEA, Instituto Andino de Estudios Arqueológicos, Lima, 1989.
- CARNEIRO, R.- "A Theory of the Origin of the State", *Science* v. 169, agosto 1970: 733-738.
- *The Chieftdom: Precursor of the State*; Cambridge University Press, New York, 1981.
 - "Reflexiones adicionales sobre la concentración de recursos y su papel en el surgimiento del Estado", en Coloquio en homenaje a Gordon Childe, U.A.M., México, 1988: 265-281.
- CASTELLS, M.: *La question urbaine*. Maspero, Paris, 1970. (Edición española, Madrid, 1979).
- CHILDE, V. G.: *Man Makes Himself*. Mentor, New York, 1936.
- *What happened in History*, Penguin, New York, 1942.
 - "The Urban Revolution", *Town Planning Review*, 21, n.2 1, 1950, págs. 1-17.
 - "The Birth of Civilization", *Past and Present*, 1952.
 - "Civilization, Cities and Towns", *Antiquity*, XXI; Cambridge, 1957.
- CHUECA GOITIA, F.: *Breve historia del urbanismo*. Col. "El Libro de Bolsillo", 136. Alianza Editorial, Madrid, 1968.
- CLAESSEN, H. Y SKALNIK, P.- "The Early State: Theories and Hypotheses", en *The Early State*; Mouton, The Hague, 1978: 3-30.
- COHEN, R. Y SERVICE, E.- *The Origins of the State*; ISHI Press. Filadelfia, 1978.
- CURTENIUS ROOSEVELT, A.- "Arqueología amazônica", en Carneiro da Cunha, M.: *Historia dos índios no Brasil*, Campanha das Letras, FAPESP, São Paulo, 1992, pp. 53-86.
- EIROA, J. J.- *Urbanismo protohistórico de Murcia y el Sureste*, Universidad de Murcia, 1989.
- "Los inicios del poblamiento de América y los problemas de la Prehistoria americana", en *Problemas de Prehistoria e Historia de América Hispana*,; Comisión V Centenario, Murcia, 1991:13-36.
 - " Vida urbana y urbanismo en América andina", en *II Curso de Prehistoria de*

América Hispana, Comisión Vº Centenario, Murcia, 1992: 127-154

- "Urban life and development in andean America" *Journal of American Archaeology*, 20, págs. 316-344. Instituto Panamericano de Geografía e Historia, San José de Costa Rica, 2001.

FENENÍAS, F., LÓPEZ, J.M., BRACCO, R., CABRERA, L., CURBELO, C., FUSCO, N. Y MARTÍNEZ, E.- "Tipos de enterramientos en estructuras monticulares ("cerritos") en la región de la cuenca de la Laguna Merin (R.O.U.)"; *Revista do CEPA*, Vol. 17, nº. 20, Santa Cruz do Sul – RS, 1990, pp. 345-356.

FERNÁNDEZ MARTOREL, M.: *Leer la ciudad*. Icaria, Barcelona, 1988.

FRIED, M. H.: *The Evolution of Political Society*. New York, 1967.

GARCÍA Y BELLIDO, A.; TORRES BALBAS, L.; CERVERA, L.; CHUECA, F.; BIDAGOR, P.: *Resumen histórico del urbanismo en España*. Instituto de Estudios de Administración Local, Madrid, 1987 (tercera edición), 289 págs. (Primera edición 1954, segunda edición aumentada 1968).

GIPSON, McG.: "Population shift and the Rise of Mesopotamian Civilisation"; *The Explanation of Cultural Change. Models in Prehistory*. C. Renfrew (Ed.) Duckworth Gloucester Crescent. 1973: 458-460.

HALSTEAD, P. L. J.; HODDER, L; JONS, G.: *Behavioural Archaeology and Refuse Patterns: A case study*; Dep. Archaeol., Univ. Cambridge, 1978.

HARRIS, Ch. D.; ULLMAN, E. L.: "The Nature of Cities", *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, CCXLI1, 1945.

HASSAN, F.: *Demographic Archaeology*. New York, 1981.

HAUSER, P.; SCHNORE, L. (Comps.): *The Study of Urbanization*. Wiley, New York, 1965.

HENRIQUE ROGGE, J.- Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. Tese de doutoramento; São Leopoldo, 2004

HOLE, F.- "Investigating the origins of mesopotamian civilization" *The rise and fall of civilizations. Modern archaeological approaches to ancient cultures*. C.C. Lamberg-Karlovsky y Jeremy A. Sabloff (eds). Menlo Park, 1972:269-285.

HYSKOPM J.-"Tiwanaku as a simbolic empire", *Estudios Arqueológicos*, Univ. de Chile, 5, pag. 133-144, Antofagasta, 1980, London 1984.

ISBELL, W.H.- "Emergence of city and state at Wari, Ayacucho, Perú, During the Middle Horizont", *Andean Archaeology*, Institute of Archaeology, University of California. Los Angeles, 1986, pag. 189-200.

JACOBS, J.: *The Economy of Cities*. Random House, 1969.

KLANT, S.C.- *Uma contribuição para o sistema de assentamento de um grupo horticultor de tradição cerâmica Tupiguaraní*; *Revista Gnosis, Serie Conhecimento*, 29; UNISC, Santa Cruz do Sul, 2005.

KEENE, A.S. & MOORE, J.A. (Eds).- *Archaeological Hammers and Theories*; Academic Press, New York, 1983.

- KUBLER, G.- *Arte y arquitectura en la América precolonial*, Manuales Cátedra, Madrid, 1986.
- LAMPARD, E.: "Historical Aspects of Urbanization", en Hauser, P.; Schnore, L. (Comps.): *The Study of Urbanization*. Wiley, New York, 1965.
- LUMBREERAS, L.G.- *Chavín de Huántar: el nacimiento de la civilización andina*; Ed. INDEA, Lima, 1989.
- MANZANILLA, L. (Ed.).- *Estudios sobre la revolución neolítica y la revolución urbana. Coloquio en homenaje a V. Gordon Childe*; Universidad Nacional Autónoma de México. México, 1988.
- MARCOS, J.G.: *Real Alto: la historia de un centro ceremonial, Valdívía*; Biblioteca Ecuatoriana de Arqueología (2 vols.). Quito, 1988.
- MILLON, R.- "Teotihuacán: city, state and civilization". Supplement of the "*Handbook of Middle American Indians*", Vol.1.pp.198-243; Austin, 1981.
- MUJICA, E.- "Malache 1: un poblado complejo en medio ambiente de loma". *Documentos de Arqueología y Urbanismo*, año II, Vol. 1, num. 2-3, Lima, 1987, pag. 7-19.
- NAROLL, R.: "Floor area and settlement population", *Antiquity*, XXVII, Cambridge, 1982, págs. 587 y ss.
- PREM, H.J. & DYCKERHOFF, V.- *El antiguo México: Historia y cultura de los pueblos mesoamericanos*; Plaza & Janés, Barcelona, 1986.
- RAMOS SOARES, A.L.- *Contribuição à arqueologia guaraní: Estudo do sitio Röpke*; Revista Gnosis, Serie Conhecimento, 30; UNISC, Santa Cruz do Sul, 2005.
- RAVINES, R.: *Chanchán. Metrópolis Chimú*; Instituto de Estudios Peruanos, Lima, 1980
- REISSMAN, L.: *The Urban Process*. F. Press Glencoe, 111, 1964.
- RENFREW, C.; *The Emergence of Civilization. The Cyclades and the Aegean in the Third Millennium B. C.* Methuen, London, 1972.
- *Problems in European Prehistory*. Edimbourg, University Press, 1979.
 - "Trade as Action at a Distance: Questions of Integration and Communication", en *Ancient Civilization and Trade*, Jeremy A. Sabloff y C.C. Lamberg-Karlovsky (eds.), University of New Mexico Press, Albuquerque, 1975: 3-59.
- RODRIGUEZ ALPUCHE, A.- "El urbanismo prehispánico e hispanoamericano en México, desde sus orígenes hasta la independencia", Instituto de Estudios de Administración Local, Madrid, 1986.
- RONCAYOLO, M.: *La Ciudad*. Col. "Paidós Estética", 15. Barcelona, 1988.
- ROSTOROWSKI, M.- *Historia del Tahuantisuyo*; Instituto de Estudios Peruanos, Lima 1988.
- SANDERS, W.T.- "Hydraulic Agriculture, Economic Symbiosis, and the Evolution of the State in Central México", *Anthropological Archaeology in the Americas*, Betty Meggers (ed.) The Anthropological Society of Washington, Brooklyn, 1968: 88-107.
- SANDERS, W.T. & PRICE, B.J.- *Mesoamerica: the evolution of a civilisation*. Random House, New York, 1968.

SERVICE, E. R.: *Primitive Social Organization*. New York, 1962.

- *Origins of the State and Civilization. The process of Cultural Evolution*. 1975. (Versión española: *Los orígenes del Estado y de la Civilización. El proceso de la evolución cultural*. Col. Alianza Universidad. Textos", 83. Alianza Editorial, Madrid, 1984).

STEWART, J.H.- "Introducción. El symposium sobre las civilizaciones de regadío", *Las civilizaciones antiguas del Viejo Mundo y de América*, Estudios Monográficos, 1; Unión Panamericana, Washington, 1955: 1-15.

TOYNBEE, A. J.: *Ciudades de destino (de Atenas a Nueva York)*. Madrid, 1985.

UDKO, P. J.; TRINGHAM, R.; DIMBLEY, G. (eds.): *Man, Settlement and urbanism*. Duckworth, London, 1972.

VV.AA.- *Los Incas del antiguo Perú: 5.000 años de historia*, C.N. Vº Centenario, Madrid, 1992.

WELLS, P. S.: *Culture contact and culture change: Early Iron Age in Central Europe and the Mediterranean World*. Cambridge, 1980.

- *Farms, villages and cities. Commerce and urban origins in Late Prehistoric Europe*. Cornell University Press, 1984. (Versión española: *Granjas, aldeas ciudades. Comercio y orígenes del urbanismo en la Protohistoria europea*. Ed. Labor, Barcelona, 1988, 248 págs.

WHEATLEY, P.: *The Pivot of the Four Quarters*. Aldine, Chicago, 1971.

WRIGHT, H.T. & JOHNSON, G.A.- "Population, Exchange and Early State Formation in Southwestern Iran"; *American Anthropologist*, 77, 1975:267-289.

WISSLER, C.: *The American Indian*. Oxford University Press, London, 1931.

WITTFOGEL, K. A.: *Oriental despotism. A Comparative Study of Total Power*. New Haven, Conn., 1957. (Versión española: *El despotismo oriental. Estudio comparativo del poder totalitario*. Guadarrama, Madrid, 1966).

WRIGLEY, E. A.: *Historia y población: introducción a la demografía histórica*. B. H. A., Guadarrama, Madrid, 1969.